



DIÁRIO

da Assembleia da Repúblíca

V LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1987-1988)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 27 DE AGOSTO DE 1987

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Victor Pereira Crespo

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes

Vítor Manuel Calo Roque

Cláudio José dos Santos Percheiro

José Carlos Pereira Lilaia

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 35 minutos.

Iniciou-se a discussão do Programa do Governo, tendo intervindo, a diverso título, além dos Srs. Ministros das Finanças (Miguel Cadilhe) e dos Negócios Estrangeiros (João de Deus Pinheiro), os Srs. Deputados Herculano Pombo (Os Verdes), Carlos Carvalhas (PCP), Cardoso Ferreira (PSD), Vítor Constâncio (PS), Rui Machete e Costa Andrade (PSD), Basílio Horta (CDS), Octávio Teixeira (PCP), Nogueira de Brito (CDS), Natália Correia (PRD), João Corregedor da Fonseca (ID), Lino Carvalho (PCP), Sottomayor Cardia (PS), Fernando Figueiredo (PSD), João Amaral (PCP), Jaime Gama (PS) e Rui Salvada (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 35 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Abílio de Mesquita Araújo Guedes.

Adão José Fonseca Silva.

Adérito Manuel Soares Campos.

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes.

Alberto Cerqueira de Oliveira.

Alberto Monteiro de Araújo.

Álvaro Cordeiro Dâmaso.

Álvaro José Rodrigues Carvalho.

Américo de Sequeira.

António Abílio Costa.

António Costa de A. de Sousa Lara.

António Fernandes Ribeiro.

António Joaquim Bastos Marques Mendes.

António Joaquim Correia Vairinhos.

António José Caeiro da Mota Veiga.

António José de Carvalho.

António José Coelho de Araújo.

António Manuel Lopes Tavares.

António Maria Oliveira de Matos.

António Maria Pereira.

António Paulo Martins Pereira Coelho.

António Roleira Marinho.

António Sérgio Barbosa de Azevedo.

António da Silva Bacelar.

Aristides Alves do Nascimento Teixeira.

Arlindo da Silva André Moreira.

Armando de Carvalho Guerreiro da Cunha.

Arménio dos Santos.

Arnaldo Ângelo Brito Lhamas.

Belarmino Henriques Correia.

Carla Maria Tato Diogo.

Carlos Alberto Pinto.

Carlos Lélis da Câmara Gonçalves.

Carlos Manuel Duarte de Oliveira.

Carlos Manuel Oliveira da Silva

Carlos Manuel Sousa Encarnação.

Carlos Matos Chaves de Macedo.

Carlos Miguel M. de Almeida Coelho.

Carlos Sacramento Esmervaldo.

Casimiro Gomes Pereira.

Cecília Pita Catarino.

Cristóvão Guerreiro Norte.

Daniel Abílio Ferreira Bastos.

Dinah Serrão Alhandra.

Domingos Duarte Lima.

Domingos da Silva e Sousa.

Eduardo Alfredo de Carvalho P. da Silva.
 Ercília Domingos M. P. Ribeiro da Silva.
 Evaristo de Almeida Guerra de Oliveira.
 Fernando Barata Rocha.
 Fernando Dias de Carvalho Conceição.
 Fernando José Alves de Figueiredo.
 Fernando José Antunes Gomes Pereira.
 Fernando José R. Roque Correia Afonso.
 Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
 Fernando Monteiro do Amaral.
 Filipe Manuel Silva Abreu.
 Flausino José Pereira da Silva.
 Francisco Jardim Ramos.
 Francisco João Bernardino da Silva.
 Francisco Mendes Costa.
 Francisco Rodrigues Porto.
 Gilberto Parca Madail.
 Guido Orlando de Freitas Rodrigues.
 Guilherme Henrique V. Rodrigues da Silva.
 Hilário Torres Azevedo Marques.
 Jaime Carlos Marta Soares.
 Jaime Gomes Mil-Homens.
 João Álvaro Poças Santos.
 João Costa Silva.
 João Domingos F. de Abreu Salgado.
 João José Pedreira de Matos.
 João José da Silva Macãs.
 João Manuel Ascensão Belém.
 João Maria Ferreira Teixeira.
 João Soares Pinto Montenegro.
 Joaquim Eduardo Gomes.
 Joaquim Fernandes Marques.
 Joaquim Vilela de Araújo.
 Jorge Paulo Seabra Roque da Cunha.
 José Alberto Puig dos Santos Costa.
 José de Almeida Cesário.
 José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José Assunção Marques.
 José Augusto Ferreira de Campos.
 José Augusto Santos Silva Marques.
 José Francisco Amaral.
 José Guilherme Pereira Coelho dos Reis.
 José Júlio Vieira de Mesquita.
 José Lapa Pessoa Paiva.
 José Leite Machado.
 José Luís Bonifácio Ramos.
 José Luís Campos Vieira de Castro.
 José Luís de Carvalho Lalande Ribeiro.
 José Manuel da Silva Torres.
 José Mário Lemos Damião.
 José Mendes Bota.
 José Mendes Melo Alves.
 José Nuno Borregana Meireles.
 José de Vargas Bulcão.
 Leonardo Eugénio Ribeiro de Almeida.
 Licínio Moreira da Silva.
 Luís Amadeu Barradas Amaral.
 Luís António Damásio Capoulas.
 Luís António Martins.
 Luís Filipe Garrido Pais de Sousa.
 Luís Filipe Meneses Lopes.
 Luís Manuel Costa Geraldes.
 Luís Manuel Neves Rodrigues.
 Manuel Albino Casimiro de Almeida.

Manuel Coelho dos Santos.
 Manuel da Costa Andrade.
 Manuel Ferreira Martins.
 Manuel João Vaz Freixo.
 Manuel Joaquim Batista Cardoso.
 Manuel Joaquim Dias Loureiro.
 Manuel José Dias Soares Costa.
 Manuel Maria Moreira.
 Maria Assunção Andrade Esteves.
 Maria da Conceição de Castro Pereira.
 Maria Luísa Lourenço Ferreira.
 Maria Manuela Aguiar Moreira.
 Mary Patrícia Pinheiro Correia e Lança.
 Mário Ferreira Bastos Raposo.
 Mário Jorge Belo Maciel.
 Mário Júlio Montalvão Machado.
 Mário de Oliveira Mendes dos Santos.
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque.
 Marília Dulce Coelho Raimundo.
 Miguel Bento M. da C. de Macedo e Silva.
 Mateus Manuel Lopes de Brito.
 Miguel Fernando C. de Miranda Relvas.
 Nuno Francisco F. Deleure Alvim de Matos.
 Nuno Miguel S. Ferreira Silvestre.
 Pedro Domingos de S. e Holstein Campilho.
 Pedro Miguel Santana Lopes.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Rui Alberto Limpo Salvada.
 Rui Manuel P. Chancerelle de Machete.
 Valdemar Cardoso Alves.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Victor Pereira Crespo.
 Virgílio de Oliveira Carneiro.

Partido Socialista (PS):

Abílio Aleixo Curto.
 Afonso Sequeira Abrantes.
 Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Manuel Avelino.
 Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alberto de Sousa Martins.
 Álvaro Jaime Neves da Silva.
 António de Almeida Santos.
 António Cândido Miranda de Macedo.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António José Sanches Esteves.
 António Magalhães da Silva.
 António Manuel Oliveira Guterres.
 António Miguel Moraes Barreto.
 António Poppe Lopes Cardoso.
 Armando António Martins Vara.
 Carlos Cardoso Lage.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Elisa Maria Ramos Damião Vieira.
 Fernando Ribeiro Moniz.
 Francisco Fernando Osório Gomes.
 Francisco Soares Mesquita Machado.
 Hélder Oliveira dos Santos Filipe.
 Helena de Melo Torres Marques.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Barroso Soares.
 João Eduardo Coelho Ferraz de Abreu.
 João Rosado Correia.
 João Rui Gaspar de Almeida.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.

Jorge Lacão Costa.
 Jorge Luís da Costa Catarino.
 José Apolinário Nunes Portada.
 José Barbosa Mota.
 José Carlos P. Bastos da Mota Torres.
 José Ernesto Figueira dos Reis.
 José Florêncio B. Castel Branco.
 José Luís do Amaral Nunes.
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida.
 José Manuel Oliveira Gameiro dos Santos.
 José Manuel Torres Couto.
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel António dos Santos.
 Maria Helena do R. da C. Salema Roseta.
 Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Nuno Manuel Brederode R. dos Santos.
 Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.
 Raul Fernando Sousela da Costa Brito.
 Raul Manuel Bordalo Junqueiro.
 Ricardo Manuel Rodrigues Barros.
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
 Vítor Manuel Caio Roque.
 Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

Partido Comunista Português (PCP):

Álvaro Favares Brasileiro.
 Álvaro Manuel Balseiro Amaro.
 António Anselmo Aníbal.
 António José Monteiro Vidigal Amaro.
 António da Silva Mota.
 Apolónia Maria Pereira Teixeira.
 Bernardina Lúcia Sebastião.
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
 Carlos Alfredo Brito.
 Carlos Campos Rodrigues da Costa.
 Cláudio José dos Santos Percheiro.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Jerónimo Carvalho de Sousa.
 João António Gonçalves do Amaral.
 José Eduardo Linhares de Castro.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 José Manuel Santos Magalhães.
 Lino António Marques de Carvalho.
 Luís Manuel Loureiro Roque.
 Manuel Anastácio Filipe.
 Manuel Rogério Sousa Brito.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria Luísa Rodrigues A. Garcia da Rosa.
 Maria Odete Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Rogério Paulo S. de Sousa Moreira.

Partido Renovador Democrático (PRD):

António Alves Marques Júnior.
 Carlos Jorge Mendes Correia Gago.
 Hermínio Paiva Fernandes Martinho.
 José Carlos Pereira Lilaia.
 José da Silva Lopes.
 Natália de Oliveira Correia.

Centro Democrático Social (CDS):

Adriano José Alves Moreira.
 Basílio Adolfo de M. Horta da Franca.
 José Luís Nogueira de Brito.
 Narana Sinai Coissoró.

Partido Ecologista Os Verdes (MEP/PV):

Herculano da Silva P. Marques Sequeira.
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos.

Agrupamento Intervenção Democrática (ID):

João Cerveira Corregedor da Fonseca.
 Raul Fernandes de Moraes e Castro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos dar início ao debate do Programa do Governo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. as Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Na curta intervenção que vou produzir apenas gostaria de voltar a focar alguns dos aspectos a que ontem me referi relativos à apresentação e discussão do Programa do Governo, ao discurso do Sr. Primeiro-Ministro, bem como às respostas que foram dadas sobre as questões que tanto eu como a minha companheira de bancada Maria Santos colocámos.

Das respostas que obtivemos do Sr. Primeiro-Ministro ficámos com as mesmas dúvidas. Ficámos sem perceber para que guerra nós, portugueses, nos preparamos. Fala-se em reforçar a nossa participação na Organização do Tratado do Atlântico Norte, melhorar a nossa defesa, modernizar as Forças Armadas. Fala-se também em garantir o total aproveitamento das potencialidades geo-estratégicas do nosso território. Porém, a verdade é que não vislumbramos no horizonte nenhum conflito e pensamos que não haveria necessidade, nem de um esforço, nem de uma afirmação tão grande nesse sentido.

Por outro lado, também ficámos sem saber quanto é que os Portugueses vão ganhar pela hipoteca do seu território, da sua independência e da sua identidade cultural.

Quanto à defesa dos valores ocidentais, de que o Sr. Primeiro-Ministro fez aqui profissão de fé, gostaria de dizer que a considero como uma confusão entre o conceito de valor e o conceito de interesse. Uma coisa são os valores ocidentais, e aí a história de Portugal teve um contributo decisivo para mostrar ao Mundo que não são só os valores ocidentais que são compatíveis com os valores humanos, pois noutras civilizações, em outras regiões do Mundo, há outros valores e todos eles contribuíram para a existência de uma escala de valores humanos.

Quanto à política de blocos, sabe o Sr. Primeiro-Ministro que nós, Os Verdes, desde sempre temos advogado a dissolução conjunta dos dois blocos. Na realidade, o meu bloco é outro e tive oportunidade de aplaudir as palavras do Sr. Primeiro-Ministro quando se referiu a isso. De facto, o meu bloco é outro, não é a NATO, pois pertenço ao bloco daque-

les que estão pela paz e o meu compromisso é para com os povos que lutam pela paz. A minha defesa não é a dos valores ocidentais, mas sim a dos valores do humanismo.

Apesar de ter sido eu o primeiro neste hemiciclo a levantar a questão de Timor, esperei pela resposta que foi dada ao Sr. Deputado Jaime Gama, que igualmente se referiu ao mesmo assunto. Porém, a resposta que foi dada ao Sr. Deputado Jaime Gama não me satisfez, e muito menos ao povo de Timor. Eu pude esperar, não me importei, mas o povo de Timor é que talvez não possa esperar mais! Ressalvar a dignidade nacional neste momento é uma tarefa urgente, mas penso que a melhor maneira de o fazer é a tomada de uma posição enérgica nas Nações Unidas no sentido de que se trave o autêntico genocídio que a Indonésia está a perpetrar em Timor.

Em questões de ambiente seria a minha companheira de bancada quem deveria usar da palavra, mas acontece que não se encontra presente, pois está em Estocolmo a participar no Congresso dos Verdes Europeus. No entanto, pediu-me para agradecer o convite que o Sr. Primeiro-Ministro lhe fez no sentido de se deslocar à zona do Alviela. Como V. Ex.^a deve calcular, ela conhece toda a zona do Alviela, e não só Alcanena. Assim, pediu-me para lhe transmitir, Sr. Primeiro-Ministro, que aceita o convite que lhe dirigiu, mas gostaria de fazer essa viagem num carro blindado à prova de cheiros, porque, de facto, o cheiro que se respira naquela zona ainda não permite, em condições normais, uma tomada de contacto com as populações.

Risos do PCP.

Quanto à referência que o Sr. Primeiro-Ministro fez ao facto de eu ter usado de humor negro quando referi o infeliz acidente que vitimou Saul Teixeira, devo dizer que não foi minha intenção fazer humor negro. Aliás, nunca fiz, nem farei, humor negro com as crianças, pois trabalho com elas, só sei fazer isso, e era incapaz de fazer qualquer espécie de humor com a desgraça que lhes acontece. Infelizmente, não se trata de uma desgraça isolada; como o Sr. Primeiro-Ministro tenta fazer crer, não resulta das leis existentes — essa é outra discussão que certamente iremos ter —, mas sim do desleixo a que os sucessivos governos têm deixado arrastar a situação da juventude em Portugal.

Portanto, o que pretendo é que o Sr. Primeiro-Ministro assuma a parte das responsabilidades que lhe cabem, a si e aos governos que chefiou ou em que participou, que não tente endireitar a «sombra da vara torta», porque é uma coisa que já muita gente tentou fazer em relação a muitos assuntos, mas até hoje ninguém conseguiu.

Já agora, e para terminar, não só em relação a esse aspecto, mas também ao facto de o Sr. Primeiro-Ministro invocar sucessivamente o seu claro e inequívoco mandato popular, gostaria de lhe recordar que há julgamentos que só a história poderá fazer com a devida isenção e nem sempre o julgamento popular se faz no momento em que gostaríamos que fosse feito. Aguardemos!

Risos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Toda a estratégia do Governo — ao contrário do que afirmou o Primeiro-Ministro — não é dirigida ao crescimento económico, de que Portugal tanto carece, mas sim à liquidação do regime e sistema económico consagrado na Constituição de Abril, à reconstituição das fortunas e dos grupos económicos privados, por duas vias principais:

A entrega das empresas públicas e nacionalizadas;
O agravamento da exploração dos trabalhadores.

O Governo pretende abertamente e num curto prazo:

A privatização progressiva de EPs, com entrada e crescente controle por parte do capital privado até à privatização total;
A entrega ao grande capital do património das empresas públicas;
A venda geral das participações do sector público.

Trata-se de uma gigantesca operação de espoliação de património público, do património de todos os portugueses.

Tal como no passado, tudo o que é rentável passa para o capital privado, tudo o que dá prejuízo ou é serviço público fica na posse do Estado para ser subsidiado pelo orçamento e pago pelos contribuintes.

Para o Governo deverá ainda ficar reservado ao Estado o papel de, com o dinheiro dos impostos, que, como se sabe, recaem, no essencial, sobre os trabalhadores, «construir a infra-estruturação geradora de economias externas» (p. 40) — leia-se «geradora de benefícios para o capital privado». Mas mesmo em relação às infra-estruturas o Governo ainda ressalva os portos e as auto-estradas, pois estes podem ser apetecíveis aos grupos económicos.

É uma pura inversão do papel fundamental que a Constituição reserva ao sector público, e reserva por boas razões: um forte sector público, em particular o controle público dos sectores estratégicos da economia, é uma garantia basilar para a regulação da economia, para um desenvolvimento económico e social independente, para a subordinação do poder económico ao poder político democrático.

Esta é questão central. E não é a questão que o Sr. Primeiro-Ministro quer discutir. Por isso mesmo, para iludir o problema, o Primeiro-Ministro refugia-se em falsos argumentos de natureza contabilística. E afirma, sem pestanejar, que de 1976 até 1987 as empresas públicas não financeiras deram 890 milhões de contos de prejuízo. Mas não é por acaso o PSD que está há oito anos contínuos no Governo? Não são seus a maioria esmagadora dos gestores? Não foi por acaso o Ministro das Finanças Cavaco Silva que em 1980 obrigou as empresas públicas a recorrerem ao crédito externo, muito mais caro, estrangulando-as financeiramente? Não foram elas sistematicamente sabotadas? É o que se chama fazer «o mal e a cara-munha».

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Além de que o Governo sabe muito bem que os valores que apresenta estão viciados. O Primeiro-Ministro misturou nos dados relativos ao sector empresarial do Estado os das empresas de serviços públicos (aqueles que prestam serviços sociais sem objectivos lucrativos), ao mesmo tempo que subtrai os lucros da banca, dos seguros e outras empresas financeiras.

O Governo chega a negar qualquer papel ao sector público como instrumento de política de desenvolvimento, como ontem fez o Primeiro-Ministro, posição que certamente nem a Sr.^a Thatcher subscreveria. Não apresenta o Programa as velhas e bolorentas teses do «capitalismo popular» das acções a metro?

É o similar do velho expediente dos sócios trabalhadores ultraminoritários nas sociedades por quotas, procurando dar a ilusão de que são proprietários quando efectivamente o não são de coisa alguma.

O gato está tão mal escondido que, ao mesmo tempo que o Governo diz dever assegurar a disseminação do capital das empresas públicas pelo maior número de famílias e pelos trabalhadores destas, logo acrescenta que, «por outro lado, há que fazer participar accionistas empresários com vista a assegurar a racionalidade empresarial destas unidades». O processo é claro. Há que recolher o maior número de poupanças, dando ao maior número a ilusão de que é proprietário, entregando-lhes, para o efeito, um título de propriedade, que até pode ser negociado na Bolsa de Valores. Mas, como o cidadão anónimo não sabe de gestão e há necessidade de «assegurar a racionalidade empresarial», entrega-se a direcção e o comando das empresas aos accionistas empresários.

Depois, para que a centralização de capitais e os processos de acumulação se acelerem, o Governo atribui ao «comportamento dos salários reais» um papel central. É a contenção salarial — peça básica da política do Governo. Devem ser os trabalhadores a assegurar (p. 42) a redução do consumo, da inflação, dos custos do investimento e dos custos da produção e ainda a capacidade de autofinanciamento e de competitividade das empresas.

Chama-se a isto «governar para todos»!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo sabe que a sua política é uma política de desestabilização do sector público, da reforma agrária, dos rendeiros, inquilinos, pequenos e médios empresários. Sabe que com tal política irá agravar a situação de largas camadas da população portuguesa e, por isso, procura desde já assegurar a sua perpetuação no Poder, nomeadamente com a revisão das leis eleitorais e a alienação do sector público da comunicação social e a sua entrega a grupos económicos privados.

Também tem a noção das consequências da sua política económica e, por isso, agora são poucas as promessas calendarizadas e quantificadas. Uma das que explicita é a de que a taxa de crescimento será superior à média da CEE. Mas isto significa que, se tivermos taxas pouco superiores a esta média, o fosso continuará a agravar-se. Por outro lado, é ilusório contar com a CEE como factor de desenvolvimento das empresas portuguesas, como se esta fosse uma instituição de benemerência. É certo que o Governo continua a caracterizar o primeiro ano de adesão como um êxito, sabendo que muitas das cláusulas ainda não

estão em vigor e fazendo tábua rasa dos défices comerciais com a CEE. Mas as afirmações, por mais peremptórias que sejam, não alteram a realidade.

Por isso, é significativo que o argumento dos «300 milhões de consumidores à disposição das empresas portuguesas», que constava no manifesto eleitoral, seja agora omitido no Programa do Governo. É o reconhecimento evidente de que têm sido as empresas estrangeiras a aproveitar o mercado nacional, e não as portuguesas a beneficiar do tal mercado dos 300 milhões.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, o Governo, sabendo que os défices externos se vão agravar, desde já adianta que estes serão o resultado inevitável do «forte investimento» e que estes ficarão sob controle; sabendo das consequências da adesão à CEE para as pequenas e médias empresas, que se vai tornar grave para estas, apressa-se a afirmar que as vai auxiliar, embora noutro ponto afirmar, preto no branco, que tornará «mais céleres os mecanismos de falência» (p. 101). E o mesmo se passa com a agricultura. Porém, tudo isto, integração na CEE, cruzada de espoliações e centralização de capitais, é apresentado como a «modernização da economia» e, é claro, em favor dos trabalhadores!

Modernizar o País é, pois, na óptica do Governo, ficar com uma minissiderurgia, liquidar a construção naval, abandonar o ferro de Moncorvo, deixar o cobre português nas mãos da Rio Tinto Zinc para a laboração da metalurgia do cobre em Espanha, entregar as áreas e sectores mais rentáveis da economia portuguesa ao capital estrangeiro, ficar cada vez mais dependente dos «centros de decisão externos».

Modernizar o País é, na óptica do Governo, garantir ao investimento estrangeiro a «moderação» salarial, a efectiva «desportugalização» de empresas, que se acentuará com a liquidação do sector empresarial do Estado, a que não falta o apoio aos «empresários na procura de parceiros estrangeiros», como diz o Programa a p. 102.

A independência nacional, o desenvolvimento independente, o aproveitamento e valorização dos nossos recursos e energias internas, o primado do interesse público sobre o privado, o melhoramento das condições materiais e culturais dos Portugueses, não são velharias, Sr. Primeiro-Ministro.

Para nós são valores inalienáveis a defesa intransigente da independência nacional e a defesa dos interesses do povo português. Por eles continuaremos a lutar por todos os meios legais e constitucionais ao nosso alcance.

Por isso, sempre nos colocámos e colocaremos na defesa do regime, nos seus traços fundamentais, tal como estão consagrados na Constituição da República Portuguesa.

Aplausos do PCP e da ID.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Cardoso Ferreira.

O Sr. Cardoso Ferreira (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Em Novembro de 1985, quando o

anterior governo se apresentou perante esta câmara para a investidura parlamentar, cumprindo o constitucionalmente preceituado, tive oportunidade de no respectivo debate concluir a minha intervenção nos termos que passo a citar: «Estamos hoje aqui perante um governo legítimo, que quer ser um governo de todos os portugueses, para todos os portugueses. Naturalmente incômodo para as mentalidades conservadoras, o seu programa é claro, a vontade de o executar é firme, norteando-se unicamente a vontade de cumprir. Que cada um de nós assuma as suas responsabilidades. O povo português nos saberá julgar.» (Citei.)

É, de facto, na vontade popular manifestada livre e conscientemente pelo voto que reside nos regimes democráticos a legitimidade das instituições. A ela se tentaram furtar as forças políticas que interromperam a anterior solução governativa, evidenciando, na procura de soluções artificiais de engenharia parlamentar, que a crise política criada nada tinha a ver com o interesse nacional, mas se limitava, com ligeireza e irresponsabilidade, a dirimir questões de iniciativa e liderança da oposição.

Dada a palavra ao povo português, a justeza de tal decisão ficou bem evidenciada nos resultados das eleições do passado dia 19 de Julho.

Conferindo um mandato inequívoco para governar Portugal nos próximos quatro anos, os Portugueses manifestaram-se sem que possam subsistir quaisquer dúvidas, possibilitando pela primeira vez, ao concentrarem mais de 50% dos votos numa só força partidária, condições políticas para a formação de um governo de legislatura coerente e homó geneo, capaz de executar o seu programa sem entraves injustificáveis e sistemáticos.

Cansados de crises políticas, cujos efeitos perversos têm sentido ao longo dos anos, os Portugueses quiseram a estabilidade governativa.

Para tal contribuiu decisivamente a acção do anterior governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Foi na forma rigorosa, transparente, isenta e dialogante como ele exerceu o poder, procurando cumprir o que prometera, que os Portugueses construiram as suas opções para o futuro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apresenta-se hoje a esta câmara o XI Governo Constitucional. Não são pequenas nem fáceis as tarefas que o esperam. Ainda estamos longe do nível médio do desenvolvimento da Europa comunitária em que nos integrámos. Deficiências acumuladas ao longo de décadas ampliaram assimetrias regionais, sociais e financeiras.

O desajustamento das nossas estruturas produtivas e a resistência de mentalidades à inovação que caracteriza os tempos modernos criaram problemas cujas soluções foram longamente adiadas.

A resposta eficaz aos desafios da nossa integração na Europa dos Doze está ainda limitada por preceitos da nossa lei fundamental.

Plenamente conscientes da grandeza das responsabilidades que sobre ele pesam, estamos, porém, certos de que tais circunstâncias serão um estímulo para o seu trabalho.

Trazem-nos o Primeiro-Ministro e o Governo, para que o apreciemos, o seu programa. Sobre ele não me pronunciarei em detalhe, outros colegas da minha bancada o farão.

Mas não quero deixar de salientar alguns aspectos que se afiguram de maior relevo, de entre os quais começarei por destacar o firme propósito de continuar o avanço no caminho do progresso económico, social e cultural em circunstâncias de efectiva igualdade de oportunidades num desenvolvimento do bem-estar dos Portugueses.

No plano externo, o Programa do Governo evidencia a vontade de reafirmação de Portugal na cena internacional, na defesa intransigente dos seus interesses, com respeito escrupuloso dos compromissos assumidos, nomeadamente os que contribuem para a defesa dos valores ocidentais, sem perder de vista a essencialidade da independência nacional.

Fundamental ainda a preocupação de assegurar o êxito da integração na CEE e do desenvolvimento das relações com os países africanos de expressão oficial portuguesa.

No plano interno, várias são as reformas que se propõe para a modernização e desenvolvimento do País.

A redução gradual da intervenção do Estado em áreas para que não está vocacionado, apostando na livre iniciativa dos Portugueses, de acordo com regras bem precisas, com a preocupação de vinculação do poder económico ao poder político, afigura-se, de facto, a forma de concretização de uma sociedade mais livre e mais justa.

O alargamento da esfera de intervenção do Estado, levada a cabo sobretudo em 1974 e 1975, visava uma estatéquia colectivizante, cuja rejeição por parte do povo português não deixa hoje qualquer margem para dúvidas, ao manifestar-se claramente por um modelo de sociedade democrática, pluralista e ocidental.

A revisão da Lei de Bases da Reforma Agrária, com o objectivo de transformar a agricultura num sector dinâmico e competitivo, com maior produção e produtividade, afigura-se uma tarefa imperiosa, não só por razões de justiça social, como única forma de enfrentar com sucesso a concorrência no quadro das comunidades europeias.

A modernização da legislação laboral, como forma de criação de maiores condições de emprego, é outra das reformas que o Governo se propõe.

A flexibilização da referida legislação, operada com a participação dos parceiros sociais, significará, para além da criação de novos postos de trabalho e garantia de estabilidade no emprego, a redução das dificuldades concorrenciais experimentadas pelas empresas nacionais com as suas congénères europeias.

Tal reforma responde à vontade de a esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses se libertar de pretensos defensores, responsáveis pela perda de poder de compra dos seus salários no passado, pela quebra do clima de confiança dos investidores e do surgimento dos salários em atraso.

Na área da fiscalidade propõe a reforma do sistema. Combater a evasão fiscal, moderar as taxas, será uma forma de estabelecer uma maior equidade e melhor afectação dos recursos nacionais.

Um sistema educativo capaz de responder a um dos maiores desafios que Portugal enfrenta, que adeqüe

o País à modernização, salvaguardando como valor fundamental a nossa herança histórica e cultural, é talvez uma das tarefas mais importantes e difíceis que o actual governo se propõe, mas de cujo êxito não duvidamos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estas algumas das mais relevantes reformas que o XI Governo se propõe.

A elas, bem como ao Programa em que se inserem, o Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata manifesta a sua total concordância, garantindo o seu apoio. Apoio esse que não significará por parte da nossa bancada a actuação de uma mera corrente de transmissão, porque, para além da solidariedade política devida por quantos a compõem, existe um vínculo directo a todos quantos nos elegeram.

Essa a forma correcta de relacionamento entre titulares de diferentes órgãos de soberania, que, como V. Ex.^a, Sr. Primeiro-Ministro, já referiu, deve ser de leal colaboração, no respeito e defesa das competências próprias.

Estão criadas condições políticas para uma acção governativa profícua e eficaz.

Os Portugueses têm agora mais forte razão para acreditarem no futuro.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Constâncio.

O Sr. Vítor Constâncio (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Após ter consumido os prazos legais previstos e ter concedido escasso tempo à oposição, submeteu o XI Governo o seu programa a esta Assembleia, que é, ela sim, um dado substancialmente novo da nossa vida política. De facto, pela primeira vez existe neste hemiciclo uma maioria absoluta de um só partido em consequência dos resultados eleitorais de 19 de Julho.

O PS aceitou, sem azedume, o veredito popular, que apenas traduz, ainda que não do modo que, por legítimos critérios partidários, mais desejámos, uma concepção do reforço do regime democrático assente no de estabilidade institucional.

Aceitamos inequivocamente esses resultados e não temos, por causa disso, de alterar os nossos valores, as nossas convicções e as nossas propostas políticas. O voto é um critério de legitimidade, e não de verdade. A maioria não confere a razão, mas o direito de tentar no governo uma política. Esse direito assiste hoje por inteiro ao PSD, embora nós continuemos convencidos naturalmente da nossa melhor razão. Mas aquilo que nos cabe é, em obediência ao sufrágio, tentar fazer valer essa razão pelos meios que a Constituição e as leis reservam à oposição.

Dispõe, assim, o Governo de condições políticas nunca antes reunidas. É essa a sua grande oportunidade, mas também a sua grande responsabilidade. Com efeito, tem hoje o Governo uma maioria absoluta na Assembleia da República. Não pode invocar agora problemas de mau relacionamento entre os dois órgãos de soberania. Dispõe também o Governo da garantia da solidariedade institucional do Presidente da República, no quadro da nossa democracia pluralista.

Dispõe este governo de uma completa normalização dos mecanismos institucionais do nosso regime democrático. Enfim, dispõe este governo de uma relação clarificada com a oposição, na qual avulta — porque também isso o dia 19 de Julho determinou — o Partido Socialista. Ou seja, a oposição mais proeminente é a de um partido que mais provas deu na defesa da institucionalização da democracia representativa e pluralista em Portugal, que assegurou em momentos difíceis a nossa fidelidade às alianças tradicionais e que desempenhou um papel primeiro e decisivo na nossa adesão à CEE.

O Sr. Eduardo Pereira (PS): — Muito bem!

O Orador: — Um partido que sabe fazer oposição, não diluindo a sua função crítica nas hesitações e ambiguidades a que alguns governos gostam de chamar «oposição construtiva», mas sabendo preservar as áreas de um deseável consenso nacional e cingindo-se rigorosamente aos meios de acção que a legalidade democrática contempla.

Dispõe, portanto, este governo de todas as condições para levar por diante as políticas que elegeu. E, se ninguém lhe poderá disputar os êxitos, também a ninguém poderá ele atribuir os seus insucessos.

Tudo o que politicamente lhe exigimos é democraticamente irrecusável: a observância da Constituição e das leis, o respeito dos demais órgãos de soberania, designadamente o parlamento, a rigorosa preservação das condições normais da alternância democrática e o tratamento devido à oposição, acolhendo substancial, e não formalmente, todo o dispositivo do seu estatuto. Nada mais. Mas também nada menos.

É, aliás, nesta linha que entendo algumas garantias que o Sr. Primeiro-Ministro aqui nos veio dar. Não deveriam, em bom rigor, ser necessárias. Mas a verdade é que foram bem-vindas. Porque há uma assinalável diferença entre esta linguagem e aquela que nos foi dado ouvir nesta Assembleia por parte do anterior governo. Ponto é que tais garantias se não venham a perder numa observância puramente ritual das formas e das aparências. Espero sinceramente que não!

Mas é precisamente em nome da mesma sinceridade que não posso deixar de assinalar alguns pontos em que, por lapso ou embalagem adquirida, julgámos estar a ouvir o discurso do governo anterior. Esses pontos, que não são bem-vindos, passo a enunciá-los.

O primeiro é o de vir o Governo assinalar entre as reformas mais relevantes a da Lei Eleitoral. Nem no Programa, nem na sua apresentação, nem nas respostas às questões suscitadas no hemiciclo, se esclarece o alcance de tal reforma. Se se tratar apenas da redução dos prazos processuais, por forma a minorar o período de governação em gestão, direi que tudo aponta para consensos fáceis e nada justifica a proeminência que o Governo deu ao assunto. Mas se, pelo contrário, se trata de alterar substancialmente as regras do jogo hoje vigente, e ainda que dentro do respeito formal da proporcionalidade constitucionalmente consagrada, então o caso é outro. Porque o PS desde há muito publicitou a importância que dá a esta questão, o seu desejo de a tratar em conjunto com a revisão constitucional e o seu ponto de vista, segundo o qual a Lei Eleitoral deve ter consagração constitucional.

nal. Vir este governo preconizar uma reforma profunda da lei vigente sem qualquer ligação ou enquadramento no processo de revisão constitucional é, pelo menos, um mau começo.

O segundo ponto é o da revogação pura e simples da lei reguladora do acompanhamento por esta Assembleia das questões emergentes da nossa integração na CEE. Se o Governo discordava deste ou daquele ponto, seria normal que propusesse a sua alteração. Mas a revogação pura e simples do diploma só pode ter um sentido diverso: o de que o Governo, criando o vazio legal adequado, entende recusar à Assembleia os meios institucionais de acompanhar a nossa política europeia. O que se agrava com a proposta do PSD de extinguir a comissão parlamentar correspondente.

O terceiro ponto é o de permitir-se o Sr. Primeiro-Ministro definir em que condições e a quem cabe a liderança da oposição. O Sr. Primeiro-Ministro, que é, comprehensivelmente, tão cioso dos resultados eleitorais de 19 de Julho no que toca à sua maioria, bem podia respeitá-los de igual modo no que toca aos resultados alheios. Porque a posição de que o PS desfruta no conjunto da oposição foi-lhe dada pelo voto popular e não espera pela outorga administrativa do Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — E o Sr. Primeiro-Ministro, que é parte neste jogo, não pode arrogar-se prerrogativas de árbitro, que não é. Esta foi uma passagem manifestamente infeliz da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro e que revela que ele próprio não se adaptou ainda inteiramente aos resultados de 19 de Julho.

Risos do PSD.

O PS assumirá o seu papel de oposição natural, democrática e dialogante. Mas não abdicará de ser oposição nem reconhece ao Governo a legitimidade para passar atestados de bom comportamento. Assim queira o Governo agir de acordo com as garantias aqui expressas pelo Sr. Primeiro-Ministro, respeitando o Estatuto da Oposição, buscando os consensos possíveis, em vez de mobilizar

empresas públicas; reduzir o défice orçamental, diminuindo o esforço com a dívida pública; aumentar a oferta de títulos na bolsa; melhorar o nível geral de eficiência económica.

Quanto à primeira, o Governo apresenta os valores acumulados dos prejuízos passados sem distinguir entre empresas que actuam na área comercial, tantas vezes em sectores mundialmente em crise, e as empresas de serviço público, por certo as principais responsáveis por aqueles montantes. Não é este, porém, certamente um motivo real, visto que a privatização dificilmente poderá referir-se a empresas que dão prejuízos e não irá, assim, contribuir para aliviar esse problema.

Quanto à segunda motivação, ao contrário do que afirma o Governo, também não pode constituir motivação o objectivo de reduzir o défice orçamental. Com efeito, a venda de um *stock* de activos rentáveis — acções de empresas que dão lucros — não constitui uma receita do ano em que a venda se verifica. Essa venda tem como contrapartida a renúncia ao fluxo de rendimentos futuros que o Estado ia receber. Se a operação se realizar a preços correntes, o seu montante será equivalente ao valor actual desse fluxo de rendimentos futuros, deixando igual a posição líquida do Estado. Seria um mero truque, sem efeitos económicos, o registar o produto da venda como receita e apresentar um défice reduzido. Esse montante apenas pode ser visto como forma de financiar o défice que existir. Não tendo que emitir dívida para esse financiamento, o Estado economiza juros no futuro, o que compensa a perda de rendimentos proporcionados pelos activos vendidos. Ao desviar poupanças privadas para essa aquisição, que podiam ser usadas para outros fins, nem sequer diminui a pressão sobre os mercados financeiros resultante do financiamento do défice orçamental existente.

Se o produto da venda do património for utilizado para amortizar antecipadamente dívida de outras empresas públicas ou do próprio Estado, o que constitui operação correcta, haverá também compensação entre o que o Estado economiza em juros e os rendimentos a que renuncia. É por isso que

Já no que se refere à reforma do sistema educativo estamos de acordo com o Governo no que se refere à prioridade nacional que deve constituir e até com a maior parte dos grandes objectivos e princípios que enuncia e que, por sinal, também se encontram mencionados no nosso programa eleitoral. Ficam-nos algumas dúvidas sobre as intenções do Governo quanto ao papel e prioridade de alguns graus de ensino, como o politécnico, por exemplo, e quanto à alteração, que o Governo não explica, dos métodos de financiamento para o sector. Tudo vai depender igualmente da execução que for dada a este programa. Tal como fizemos na Lei de Bases do Ensino, estamos dispostos a dar a nossa contribuição construtiva e o nosso estímulo crítico para o sucesso de uma reforma tão fundamental como esta. A preparação adequada da nossa juventude é essencial para que Portugal possa ganhar o futuro.

Relativamente à reforma fiscal, o enunciado do Governo é tão genérico que não se afasta do património de princípios comum a vários partidos e a sucessivos governos. Assaltam-nos algumas dúvidas quando verificamos a aparente contradição entre as promessas de desagravamento fiscal para quase todos os grupos de contribuintes e as aspirações quanto ao crescimento das receitas fiscais manifestadas no capítulo da política orçamental.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Deste modo, passo a

corrigido dos efeitos da inflação conta para o impacte imediato nas variáveis reais da economia. Para a análise do Governo só os efeitos monetários contam. É uma visão estrutural, assumida para todo o período, estritamente monetarista e antikeynesiana da política macroeconómica. A perspectiva adoptada é a de reduzir, em qualquer circunstância conjuntural, o défice do orçamento para conter a massa monetária, o que, por sua vez, controlaria a inflação, e da desaceleração desta resultaria o crescimento económico.

A perspectiva conservadora acentua-se com a análise que é feita do problema do crescimento do emprego até 1991. Para o Governo o desemprego parece explicar-se, essencialmente, por existir uma situação de salários elevados. É da contenção dos aumentos dos salários reais, crescendo abaixo da produtividade, que o Governo espera a contribuição decisiva para o crescimento do emprego. A ideia é afirmada repetidas vezes ao longo do texto do Programa. No Programa de Correcção Estrutural do Défice Externo e do Desemprego, assumido pelo Governo, apresentam-se projeções até 1994, em que em todos os anos os salários reais crescem menos que a produtividade. Só desse modo, segundo a análise do Governo, o emprego poderia crescer satisfatoriamente. A análise subjacente é a de que existe uma relação entre salários reais e desemprego e de que este seria fundamentalmente resultante de salários reais elevados a crescer mais do que a produtividade. A análise teórica e empírica não valida esta teoria. Sem entrar em normenores, nem lembrar comparações internacionais,

combater tendências especulativas existentes, mas não justifica a vastíssima operação de privatização e eliminação do sector empresarial do Estado que o Governo anuncia. Um mercado de capitais sadio e eficaz é indispensável ao progresso do País, e considero positivo que o Governo admita que é necessário combater o clima especulativo, proteger os pequenos investidores, às vezes mal informados, e que anuncie, finalmente, algumas medidas de supervisão e regulamentação para alcançar esses objectivos.

Finalmente, a última justificação avançada pelo Governo é a de que a privatização aumenta a eficiência económica geral. Trata-se de um argumento com conotações ideológicas e a experiência de outros países revela que as consequências da privatização sobre a eficiência não são independentes do grau de concorrência e das políticas de regulamentação existentes nos mercados em que actuam as empresas. Inúmeras análises técnicas de casos concretos, conduzidos mesmo por partidários da privatização, revelam que em mercados onde há pouca concorrência e situações de quase monopólio com ineficaz regulamentação as empresas públicas podem ser mais eficientes. O argumento da eficiência, mesmo na óptica de tecnicismo economicista em que se pretende colocar o Governo, não é de aplicação universal e não justifica a privatização generalizada para que aponta o Governo. Há muitas empresas públicas que actuam em situação de monopólio, ou quase, dados os elevados montantes de investimento, que limitam o aparecimento de novas unidades.

Há, portanto, um vasto campo de discussão a fazer e de que o PS não abdica. Desde a renovação do nosso programa de partido, feita o ano passado, nomeadamente no nosso programa eleitoral...

Risos do PSD.

...o PS tem tomado posição no sentido de admitir a privatização de várias empresas públicas. Não temos, pois, tabus em matéria de sector empresarial do Estado ou de privatização. Aliás, nenhum partido socialista europeu confia tanto como no passado nas nacionalizações como instrumento de realização dos seus objectivos para a sociedade. Entendemos, no entanto, que, à semelhança do que acontece em vários outros países, o Estado deve manter algumas posições neste domínio, ou em situações de monopólio ou quase monopólio que seja difícil regular de outro modo, ou numa lógica de um grupo económico, como propúnhamos no nosso programa eleitoral. Não para o utilizar como instrumento para a prossecução de objectivos macroeconómicos, como a inflação ou o emprego. Portugal precisa, porém, de alguns centros de racionalização e planeamento de investimentos, privados e públicos, que estimulem a deseável orientação estratégica do desenvolvimento no sentido de alterar o nosso atrasado padrão de especialização produtiva. Um sector público, mesmo reduzido, pode contribuir para estimular, inclusive em *joint-ventures*, investimentos de inovação tecnológica em sectores de maior risco e ter um papel na localização de investimentos, com incidências regionais, em zonas mais deprimidas do País ou em que é necessário levar a cabo operações de reestruturação de empresas públicas em sectores em crise.

Em suma, o PS não é contra a privatização, mas não aceita que ela se faça em qualquer grau nem de qualquer maneira. É bom que nos seus afloramentos de auto-suficiência o Governo tenha isso em conta na perspectiva da revisão constitucional.

É indispensável que toda esta matéria, de importantes consequências políticas, económicas e sociais, seja mais debatida, na procura de maiores consensos, se garantam condições de total transparência de processos, de efectiva e duradoura disseminação do capital, de manutenção em certos casos de posições públicas minoritárias com direitos privilegiados e se defendam os direitos dos trabalhadores das empresas envolvidas. Em todos estes pontos o PS defenderá os seus princípios com firmeza.

A mesma atitude se verificará no que respeita à revisão constitucional. Importante tarefa da actual legislatura e objectivo essencial à plena normalização institucional da nossa democracia. Até hoje o PS foi o partido que maior publicidade deu às suas posições sobre a matéria. Na própria noite das eleições reafirmei o nosso propósito de contribuir para uma revisão da Constituição que a torne mais consensual e factor de reforço do nosso regime democrático. Não mudámos os nossos princípios após o acto eleitoral e é com base neles que abordaremos as negociações políticas que se desenvolverão no quadro parlamentar. Entendemos que nesta fase não devemos tomar mais iniciativas nesta matéria, mas apresentaremos o nosso projecto de revisão no momento oportuno. Cabe à maioria parlamentar do PSD saber negociar com os restantes partidos, com espírito de diálogo e de autêntico compromisso, para que a revisão constitucional venha a ser possível. Um acordo no quadro parlamentar implica que todos os partidos, e portanto também o PSD, façam um caminho no sentido da convergência possível com as posições dos outros.

No que se refere às leis laborais, são conhecidas as nossas divergências em relação à posição do Governo. Os argumentos económicos que avança para possibilitar a resposta das empresas aos desafios da competitividade, da inovação tecnológica ou mesmo das quebras de mercado têm todos a ver, diria que por definição, com os mecanismos do despedimento colectivo, e não com o despedimento individual por razões ditas objectivas. É a este último que pomos as maiores reservas, sendo certo que existe o despedimento individual por razões disciplinares, cujas condições poderão ser mais clarificadas. Na nossa situação concreta facilitar mais o despedimento individual por razões ditas objectivas tem mais a ver com a tentativa de criar maior autoritarismo nas empresas do que com objectivos económicos relevantes para a sua viabilização económica. As consequências sociais da medida poderão ser graves, ao contrário do que afirma o Governo. A precarização dos direitos dos trabalhadores será um dos efeitos, numa situação em que o forte desemprego existente já os diminui, levando a que, na prática, a maior parte das empresas não tenham problemas neste domínio. As possibilidades de se criar melhor clima nas empresas serão também afectadas, pondo em causa esquemas de participação que são necessários a uma nova concepção de empresa como local de negociação social permanente e de partilha de um projecto criador. O Governo terá, pois, nesta matéria do despedimento individual a nossa firme oposição.

Já no que se refere à reforma do sistema educativo estamos de acordo com o Governo no que se refere à prioridade nacional que deve constituir e até com a maior parte dos grandes objectivos e princípios que enuncia e que, por sinal, também se encontram mencionados no nosso programa eleitoral. Ficam-nos algumas dúvidas sobre as intenções do Governo quanto ao papel e prioridade de alguns graus de ensino, como o politécnico, por exemplo, e quanto à alteração, que o Governo não explica, dos métodos de financiamento para o sector. Tudo vai depender igualmente da execução que for dada a este programa. Tal como fizemos na Lei de Bases do Ensino, estamos dispostos a dar a nossa contribuição construtiva e o nosso estímulo crítico para o sucesso de uma reforma tão fundamental como esta. A preparação adequada da nossa juventude é essencial para que Portugal possa ganhar o futuro.

Relativamente à reforma fiscal, o enunciado do Governo é tão genérico que não se afasta do património de princípios comum a vários partidos e a sucessivos governos. Assaltam-nos algumas dúvidas quando verificamos a aparente contradição entre as promessas de desagravamento fiscal para quase todos os grupos de contribuintes e as aspirações quanto ao crescimento das receitas fiscais manifestadas no capítulo da política orçamental.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Deste modo, passo a uma apreciação, necessariamente breve, da política económica apresentada pelo Governo, em que se revelam algumas das suas tendências conservadoras. Desde logo, na redução da política macroeconómica ao objectivo da inflação, de cuja desaceleração se espera essencialmente o incremento espontâneo do investimento. E aqui se manifesta uma mudança na política do Governo. Agora pretende o Governo para os próximos anos o crescimento moderado da procura interna, do consumo, o controle mais apertado dos agregados monetários, a contenção das despesas públicas, a redução continuada e permanente do défice orçamental. Até às eleições o que tivemos foi um crescimento da procura interna de 8% o ano passado e de mais de 9% este ano, do consumo, de cerca de 7% em cada um dos anos, das despesas públicas, de 18% em 1986, um aumento de 25,7%, em termos nominais, da liquidez global. A diminuição de cerca de 7% do preço médio das importações possibilitou a desaceleração da inflação. O ganho espectacular nos termos de troca permitiu aguentar o saldo das contas com o exterior. Não se evitou, porém, este ano um desequilíbrio crescente da balança comercial, que, finalmente, começou a assustar o Governo. Da derapagem económica passou agora à reacção excessiva. Cortes brutais no crédito bancário, que vão continuar, e promessa de política orçamental restritiva, com aumento das receitas fiscais em relação ao rendimento nacional e contenção das despesas públicas. Chegados à situação de desequilíbrio actual, não ponho em causa a necessidade de no imediato tomar medidas para reduzir o sobreaquecimento da economia. Mas o que o Governo faz é assumir a diminuição do défice orçamental de forma sistemática até 1991 como objectivo estrutural, independentemente da situação conjuntural global que vigorar em cada momento. Despreza-se o conceito de que só o défice de um orçamento

corrigido dos efeitos da inflação conta para o impacte imediato nas variáveis reais da economia. Para a análise do Governo só os efeitos monetários contam. É uma visão estrutural, assumida para todo o período, estritamente monetarista e antikeynesiana da política macroeconómica. A perspectiva adoptada é a de reduzir, em qualquer circunstância conjuntural, o défice do orçamento para conter a massa monetária, o que, por sua vez, controlaria a inflação, e da desaceleração desta resultaria o crescimento económico.

A perspectiva conservadora acentua-se com a análise que é feita do problema do crescimento do emprego até 1991. Para o Governo o desemprego parece explicar-se, essencialmente, por existir uma situação de salários elevados. É da contenção dos aumentos dos salários reais, crescendo abaixo da produtividade, que o Governo espera a contribuição decisiva para o crescimento do emprego. A ideia é afirmada repetidas vezes ao longo do texto do Programa. No Programa de Correcção Estrutural do Défice Externo e do Desemprego, assumido pelo Governo, apresentam-se projecções até 1994, em que em todos os anos os salários reais crescem menos que a produtividade. Só desse modo, segundo a análise do Governo, o emprego poderia crescer satisfatoriamente. A análise subjacente é a de que existe uma relação entre salários reais e desemprego e de que este seria fundamentalmente resultante de salários reais elevados a crescer mais do que a produtividade. A análise teórica e empírica não valida esta teoria. Sem entrar em pormenores, nem lembrar comparações internacionais, basta olhar para a nossa própria experiência passada para ver que ao longo de muitos anos os salários reais cresceram menos que a produtividade e isso não impediu o aumento do desemprego e que o ano passado, mesmo se um único ponto de observação não permite tirar conclusões, é certo que os salários reais cresceram acima da produtividade e o emprego, segundo o Governo, cresceu mais de 3%.

Para além do erro, o que a perspectiva do Governo significa é que, a ser realizada a sua política, daqui até 1991 a desigualdade da distribuição do rendimento agravar-se-ia e, por definição, a parte do trabalho no rendimento nacional diminuiria todos os anos. É esse o acordo de médio prazo que é proposto aos trabalhadores portugueses? É essa a autoproclamada política social-democrata do Governo ou é antes uma política conservadora?

A verdade é que o Governo não manifesta nenhuma preocupação nas políticas enunciadas no seu programa com o problema da distribuição do rendimento.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: As considerações que fiz até agora permitem-me afirmar que nas concepções do relacionamento Estado/sociedade civil, da solidariedade e da distribuição do rendimento, da empresa como local de negociação, das relações laborais, da política de emprego, das questões culturais e de sociedade, da ordem internacional, é o PS, e não o PSD, que representa em Portugal o socialismo democrático e a social-democracia europeia.

Risos do PSD.

O Sr. Primeiro-Ministro gosta de declarar que é impossível catalogar o seu governo, o qual escaparia às barreiras ideológicas clássicas. Mas é evidente que

não está, como pretende às vezes, acima ou fora da política, com as suas inevitáveis escolhas e diferenças. O interesse nacional não é um dado num céu metafísico de ideias que todos pudéssemos interpretar de forma unívoca. É por isso que há política e democracia. É verdade que perante a evolução da realidade social e cultural todos os partidos que estão vivos e procuram reflectir a modernidade escapam um pouco às velhas categorias tradicionais. Esbatem-se mesmo alguns domínios fronteiras que pareciam estabelecidas. Mas não é menos certo que, embora enrougado por alguns prudentes matizes, o Programa do Governo reflecte, essencialmente, uma perspectiva liberal-conservadora. Redução acentuada do Estado, confiança praticamente exclusiva na iniciativa individual e nos mecanismos do mercado.

Temos, assim, as nossas diferenças. O PS, ao renovar o ano passado o seu programa, libertou-o da vulgata marxista e do velho paradigma de um socialismo administrado por um Estado superprotector. Valorizámos o papel do indivíduo, na sua liberdade fundamental, como o fim último da organização da sociedade. Somos liberais na política e na cultura. Mas não vemos a liberdade num sentido meramente negativo de ausência de restrições à acção individual. Encaramo-la como liberdade positiva, como poder real de escolher entre alternativas. Isso supõe a existência de condições para o exercício da liberdade, capacidades e recursos para efectivamente escolher entre diferentes alternativas na vida económica e social. Supõe, por isso, a igualdade como instrumento. Não a igualdade uniformizadora, mas a igualdade autonomia. Sem uma sociedade civil forte, com a criatividade e pluralidade de grupos e indivíduos, não pode haver liberdade. Mas sem o papel mediador e redistribuidor do Estado não pode haver harmonia espontânea nem igualdade, nem se evita a exploração do poder pelo mais forte. Por isso, vemos a indispensável recentragem do binómio Estado-sociedade civil como um movimento de dupla democratização, em que o Estado se flexibiliza e a sociedade gera movimentos e iniciativas de inovação. Por isso, não aceitamos o Estado mínimo. Por isso, não ignoramos que no mercado existem fenómenos de poder e concentração que levam a desigualdades, que há que corrigir. Por isso, defendemos o papel insubstituível do Estado na solidariedade social. Por isso, reconhecemos que o mercado é mísope a ver o longo prazo e acreditamos na necessidade de um planeamento estratégico de grandes cenários, instrumento de concertação social e redutor de incertezas.

O Programa do Governo não fala em plano, esqueceu as tristemente famosas Grandes Opções do Plano, e o capítulo sobre indústria tenta fundamentar que não seria necessária uma política industrial com sentido estratégico. Como se Portugal não carecesse de que Estado e agentes económicos concertassem uma estratégia nacional para a evolução da nossa estrutura produtiva e padrão de especialização face aos desafios da concorrência europeia, nomeadamente espanhola. A ausência entre nós de centros de planeamento em grupos económicos torna esses mecanismos mais necessários, e isso existe noutras economias de mercado, visto que a sua execução não tem de contrariar os mecanismos de mercado, mas influenciá-los com os sinais adequados.

Não serve para construir o futuro do País uma proposta tecnocrática de modernização do tipo Programa de Correcção Estrutural do Défice Externo e do Desemprego (PCEDED). Não basta confiar em conceitos tradicionais de vantagens comparativas e em contenções salariais sem compensação. É indispensável uma nova concepção do desenvolvimento e da modernização baseada na valorização dos recursos humanos e dos recursos da inteligência. Isso supõe novas políticas na educação e formação profissional, uma nova concepção da empresa, novos esquemas de participação, de diálogo social, de negociação colectiva e de distribuição.

A verdadeira modernização terá de ser solidária, e essa é a modernização que o PS defende.

Aplausos do PS.

Por tudo isto, divergimos do Governo em matéria de política económica para o desenvolvimento, do papel do Estado, das relações laborais, da visão da empresa moderna, da distribuição do rendimento, da solidariedade social.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: As divergências assinaladas não invalidam a existência de áreas em que a importância nacional e a razoável maturação dos problemas envolvidos não aconselhem e permitam a procura de convergências pluripartidárias. Assim se tenta corresponder a consensos da opinião pública mais amplos do que a representatividade de qualquer partido. Sem pretender ser exaustivo, destacarei algumas áreas: a política externa e de defesa; a justiça; a educação, que já abordei; a regionalização.

A política externa, bem como as grandes linhas da política de defesa nacional, são domínios em que sucessivas governações de vários partidos vêm permitindo acumular consensos bastante vastos. Pena é, por isso, que o Governo se tenha limitado, no seu programa, ao enunciado de meia dúzia de tópicos e de uma forma tão genérica que nenhuma discussão é possível fazer aqui. Tudo se jogará, pois, no dia a dia das decisões governamentais. É certo que o Estatuto da Oposição prevê a consulta pelo Governo dos partidos da oposição sobre a orientação geral da política externa e que o reconhecimento e o exercício de tal direito em prazo breve podem permitir, se não suprir, pelo menos, atenuar a manifesta insuficiência do debate parlamentar. De qualquer modo, estas são matérias em que há uma especial predisposição do PS em facilitar grandes consensos nacionais em ponto específicos, mas relevantes.

Também a justiça, ao envolver algumas das maiores flagrantes debilidades do funcionamento das nossas instituições, ganha foros de questão nacional, a requerer especial esforço de diálogo, para o qual estam disponíveis. As intenções declaradas no Programa do Governo não são novas e é difícil, por isso, entender a ausência, pelo menos, de um calendário clarificado.

Mas a modernização do património e equipamento judiciários, a adequação das estruturas de reinserção social dos presos, dos serviços prisionais e do plamente do combate à droga são domínios em que se podia e devia ter agido. As reformas legislativas anunciadas vêm a ser preparadas há muito e não tudo. O diagnóstico dos problemas do sector feito, e o PS deu para isso relevante contributo

a sua interpelação sobre a justiça feita na legislatura anterior. Se o Governo quiser passar das generalidades do seu programa a um diálogo orientado e concreto com os partidos da oposição, encontrará um PS disponível.

Quanto à regionalização, consideramo-la como um desenvolvimento fundamental do Estado democrático que temos. Ela constitui tipicamente uma grande questão nacional, que deveria suscitar o diálogo entre os partidos na busca de consensos alargados. Seria lamentável, embora possa temer-se, que se verificasse agora o abrandamento do ritmo do Governo nesta matéria. Tudo faremos para que tal não aconteça e, nessa perspectiva, iremos repor nesta Assembleia os projectos que apresentámos na anterior legislatura.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A procura destes consensos deve ser feita de espírito aberto, sem reservas e com disposição aos compromissos possíveis. Mas não haverá consenso que conflite com os princípios essenciais do nosso programa eleitoral, que será uma das travess-mestras da oposição que faremos a este governo.

Estudei com atenção e seriedade o Programa do Governo. Deixo aqui expostas as grandes linhas do que nos separa, desse desentendimento substancial que justifica o PSD como poder e o PS como oposição. É isso que é normal e desejável. Porque o PSD saiu das urnas com o direito, mas também o dever, de governar. E é correspondente direito e dever dos socialistas o de lhe moverem oposição, criticando e fiscalizando a acção governativa. A democracia, como bem salientou o Sr. Presidente da República, tanto requer um governo legitimado pelo voto como uma oposição atenta e combativa. Sê-lo-emos, porque é essa a missão que democraticamente nos compete aquilo que, afinal, a todos nos deve animar: o serviço do País e do regime democrático.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para formular pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Machete.

O Sr. Rui Machete (PSD): — Sr. Deputado Vítor Constâncio, acabámos de ouvir um discurso importante, onde V. Ex.^a se assumiu, inequivocamente, como líder da oposição. Afinal de contas, o Sr. Primeiro-Ministro limitou-se a antecipar aquilo que era previsível.

O seu discurso foi importante, foi um discurso sério, que muito me apraz registar. Todavia, não posso deixar de notar que houve um pendor extremamente universitário nas suas considerações e alguns momentos mais parecia que estávamos a discutir se eram ou não correctas as teorias da *public choice*, da escola de Chicago e do Estado mínimo do que a discutir o Programa do Governo, com que nos defrontamos neste debate.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — V. Ex.^a produziu algumas afirmações que, naturalmente, revelam o pendor e a diferença entre o Partido Socialista e o Partido Social-

-Democrata. No entanto, gostaria de sublinhar algumas delas e, simultaneamente, perguntar se as percebi bem.

Todas as observações podem, fundamentalmente, resumir-se nisto: para o Partido Socialista, apesar de ter abandonado a vulgata marxista, o peso e o papel do Estado ainda são extremamente importantes. Mais importantes certamente que para o Partido Social-Democrata e neles se revelam, no fundo, as dificuldades e contradições que um certo socialismo democrático, perante um Estado de bem-estar, tem vindo a reflectir do ponto de vista da sua análise teórica.

O senhor deputado disse que em matéria de privatização — aliás, esse foi um dos pontos importantes da sua intervenção — o PS estava aberto à discussão dos casos concretos e, mais ainda, estava aberto a uma análise através de um debate público no sentido de se saber como é que esse processo se deveria efectivar. Registamos com agrado essa disponibilidade do Partido Socialista.

A minha pergunta em relação a este capítulo é esta: não será que V. Ex.^a ainda está demasiado apegado ao papel instrumental e instrumentalizado que as empresas públicas tiveram em Portugal após as nacionalizações feitas em 11 de Março para esquecer que não podemos analisar os problemas puramente numa base teórica, mas temos de olhar para aquilo que tem sido a experiência concreta das empresas públicas em Portugal?

Isto é, não desconheço que V. Ex.^a produziu uma argumentação importante do ponto de vista teórico, mas, no entanto, foi muito geral. A questão que se coloca é a de saber se em Portugal é ou não extremamente importante e absolutamente necessário reduzir de uma maneira substancial o peso do Estado. Certamente, mas com preocupações, com transparência e com debate público. Porém, não devemos esquecer aquilo que tem sido o impacte, nefasto do ponto de vista financeiro, e não só, das nacionalizações do 11 de Março ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, agradecia-lhe o favor de terminar o seu pedido de esclarecimento, pois esgotou o tempo de que dispunha.

A Mesa aproveita para relembrar aos senhores deputados que a gestão global dos tempos é feita por cada partido, embora a Mesa controle o tempo dos pedidos de esclarecimento.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente, vou concluir muito rapidamente.

Como estava a dizer, foi essa permanência que, aliás, justificou — penso eu — as críticas que V. Ex.^a fez em matéria do PCEDED, quando, afinal, parece que preconiza ainda uma política estritamente keynesiana e antimonetarista.

Porém, há mais dois ou três pontos que ainda gostaria de referir, um dos quais diz respeito à revisão constitucional. Apraz-me muito registar a abertura do Partido Socialista à revisão constitucional. Penso que esse é um capítulo essencial, um manto alto desta legislatura. Contudo, gostaria de sublinhar que, ao interpretar o Programa do Governo, certamente V. Ex.^a se esqueceu de que se trata de um programa para quatro anos e que, quando se fala na questão da revisão da Lei Eleitoral, ela não pode deixar de

ter em consideração os parâmetros constitucionais e aqueles que forem imprimidos pela revisão constitucional que oportunamente se fizer. O mesmo se pode dizer no que respeita a algumas das limitações que neste momento se colocam em matéria de privatização. É por isso que esse debate terá de ser travado nesta Assembleia e é por isso que a crítica que V. Ex.^a fez foi injusta.

Mas já no que se reporta à observação que considerou um ponto negro da revogação da lei, que exige ao Governo um certo número de obrigações em matéria de integração europeia, devo dizer que não comprehendi. É óbvio que essa lei foi o fruto de uma situação maioritária de uma oposição na Assembleia que desconheceu a separação dos poderes. Ora, repor a questão nos seus termos originais parece-me algo de extremamente útil e transparente — a transparência que, naturalmente, V. Ex.^a invoca e segue.

Por último, gostaria ainda de referir que, em relação a tudo o que referiu, a impressão global que se retira é a de que, na verdade, o Partido Socialista se encontra numa fase de profunda revisão e reflexão. Ficamos muito satisfeitos com isso, pois tal significa uma maturidade partidária que nos apraz que exista no maior partido da oposição e aquele que vai liderar a oposição, e fazemos ardentes votos para que essa maturidade já possa manifestar-se aquando das grandes discussões em matéria de revisão constitucional e de privatização.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Vítor Constâncio, há mais um orador inscrito para formular pedidos de esclarecimento. V. Ex.^a deseja responder já ou no fim?

O Sr. Vítor Constâncio (PS): — Sr. Presidente, prefiro responder no fim.

O Sr. Presidente: — Então, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Andrade.

O Sr. Costa Andrade (PSD): — Sr. Deputado Vítor Constâncio, também eu declino a minha admiração pelo teor do discurso que V. Ex.^a proferiu, até porque para um deputado que apoia o Governo é extremamente salutar ouvir elogios a partes significativas do seu Programa.

É certo que se trata de um elogio larvado, mas de qualquer forma o discurso de V. Ex.^a é um elogio a certas partes do Programa, pelo menos àquelas que mais directamente posso controlar, designadamente, por exemplo, no campo da justiça. As únicas referências teoricamente críticas é que não há uma calendarização e que há, naturalmente, que adequar os mecanismos de realização das reformas, mas as medidas em si, o catálogo em si, foi julgado como positivo.

De resto, outra coisa não seria de esperar. Penso, aliás, que nas actuais circunstâncias não será possível fazer um programa de justiça que fuja a estes parâmetros, isto é, um programa de justiça melhor, mais correcto e mais adequado. Por isso, o Sr. Deputado merece a minha admiração pela sua sinceridade e pelo nível da sua exposição.

A minha pergunta insere-se também no problema da privatização. Tanto pelo discurso do Sr. Primeiro-Ministro como pelo discurso do candidato a líder da oposição se começa a definir que o tópico de privatização será um dos tópicos mais recorrentes no discurso político português das próximas décadas, dos próximos anos.

O Sr. Deputado enunciou e tentou infirmar alguns argumentos utilizados pelo Sr. Primeiro-Ministro quanto à privatização. O Sr. Primeiro-Ministro enunciou quatro e V. Ex.^a tentou pôr em causa a plausibilidade teórica e prática desses argumentos, dizendo até que os socialistas não estavam presos ao dogma da estatização e que também encaravam hoje, à semelhança do que acontece com os partidos socialistas europeus, com outros olhos o problema da privatização. Isto quer dizer, e em síntese, que há outros caminhos e há outros argumentos, que não os do Governo, para defender a privatização.

A minha primeira pergunta é, precisamente, esta: é possível, Sr. Deputado, explicitar quais são estes outros argumentos, esses outros caminhos através dos quais os partidos socialistas europeus modernos encaram o caminho para a privatização?

Esta questão é extremamente importante, até porque das razões subjacentes ou dos horizontes teóricos e políticos que presidem aos socialistas no pensamento que hoje têm sobre a privatização pode esse horizonte ter uma base importante para consensos futuros.

Quais são, Sr. Deputado, os caminhos, os argumentos do Partido Socialista em comunhão com os partidos socialistas europeus, para além dos argumentos que o Sr. Primeiro-Ministro invocou? Esta era a primeira questão.

A outra é esta: disse o Sr. Deputado — e parece ter dito bem — que o Partido Socialista abandonou hoje os dogmas subjacentes à vulgata marxista. Isto é, para o Partido Socialista não vale agora como uma verdade a ideia de que as nacionalizações são conquistas irreversíveis dos trabalhadores.

Para o Partido Socialista, a verdade é outra, está noutro campo, está noutro sítio, não passa bem por aí. Se há outra verdade para o Partido Socialista e se este está disposto a fazer todos os consensos, menos aqueles que contendam com os princípios, pergunto-lhe: também este princípio está excluído do consenso? Isto é, o Partido Socialista vai defender esta nova posição em matéria de revisão constitucional, independentemente e à margem de todos os consensos? E mesmo que os outros não queiram este novo enunciado de princípios? Isto é, o Partido Socialista vai manter a sua fidelidade a este princípio à margem de todos os consensos, uma vez que o Partido Socialista não faz consensos em matéria de princípios?

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Vítor Constâncio.

O Sr. Vítor Constâncio (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou começar por responder ao Sr. Deputado Costa Andrade.

Em relação à sua última questão, é evidente que é um problema que discutiremos no âmbito do pro-

cesso da revisão constitucional. Sempre dissemos, como sublinhei há pouco, que fomos o partido que até hoje mais referências e compromissos públicos assumiu em relação à revisão constitucional. Sempre enunciámos o princípio de que é necessária uma negociação política global, no quadro parlamentar, sobre a revisão constitucional. Não damos, portanto, respostas ponto a ponto.

Em relação à sua primeira questão, vou-me permitir ironizar com simpatia e sem agressividade.

Pede-me a exposição de outros argumentos — aliás, nos argumentos que infirmei há um último que não infirmei totalmente, se reparar no meu texto, embora com interpretação e alcance diverso do do Governo. Mas como fui acusado desde logo pelo Sr. Deputado Rui Machete de pendor universitário, não lhe vou agora dar uma aula de argumentos sobre a privatização. Deixamos isso, portanto, para outra oportunidade.

Risos do PS.

Em relação ao Sr. Deputado Rui Machete, que não fez propriamente perguntas, agradeço-lhe, tal como de resto ao Sr. Deputado Costa Andrade, a cordialidade das suas intervenções e dos seus comentários e remeto-o para uma leitura mais cuidada do que eu disse sobre a privatização a propósito da posição do Partido Socialista nesta matéria, aliás também exposta com maior detalhe, no seu conteúdo positivo, no nosso programa eleitoral.

Em relação ao comentário que produziu sobre que a minha análise, destes e outros problemas, teria tido um papel ou um pendor universitário, gostaria também de lhe responder.

Aliás, como fez um ponto concreto, volto atrás para lhe dizer, em relação à CEE e à lei que existia, e que existe até a Assembleia a revogar, que leis desse tipo existem noutras países e são uma garantia mais institucional, de que nessa matéria o Parlamento pode fazer um acompanhamento mais atempado e rigoroso das posições e dos problemas que se colocam em Bruxelas, visto que a presença e a participação na CEE implica normas que se impõem na ordem jurídica interna. Existe, portanto, um aspecto de controle parlamentar, que numa democracia representativa como a nossa se põe com particular acuidade. Por esse motivo é útil que exista um dispositivo que o Governo se propõe agora eliminar. É disso que nos lamentamos e é a isso que nos opomos.

Quero também dizer-lhe que o PS não está em nenhum processo de profunda reflexão ou revisão dos seus conceitos. O PS tem vindo a fazer esse processo há longos anos e tudo isso foi consagrado no nosso último congresso com a aprovação de um novo programa do partido, portanto há mais de um ano.

Não existe esse estado de revisão ou de reflexão de quase, como insinuou o Sr. Deputado, aprendizagem e não temos, de facto, lições a receber nem aprendizagens fundamentais a fazer.

Quanto ao suposto pendor universitário da minha intervenção — vai nisso um elogio e uma crítica — quero dizer-lhe o seguinte: o que é facto é que este Governo, o PSD e, em particular, o Sr. Primeiro-Ministro gostam muito de rodear as suas posições de um suposto tecnicismo subjacente.

As posições do Governo decorreriam não só de uma interpretação especial e unívoca do interesse nacional, visto que o governo é eminentemente nacional, como disse o Sr. Primeiro-Ministro no seu discurso de posse, e não um Governo partidário, com tendências ideológicas ou escolhas nessa matéria. Além disso, as opções que toma estão sempre tecnicamente fundamentadas, sendo esse um dos pontos de honra do Governo e do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. João Salgado (PSD): — E é verdade!

O Orador: — E procura mesmo fazer a política dos não políticos, disfarçar muitas vezes que está no jogo da política, sujeito às escolhas e às diferenças como os outros políticos, que está acima disso, que está, no fundo, estribado noutras conceitos, que não são muitas vezes referidos, são apenas implícitos, mas servem de fundamento às opções feitas. É, por isso, necessário denunciar e explicitar a falta de fundamento técnico e teórico de muitas das posições do governo e isso faz parte da política.

Aplausos do PS.

Além disso, o que é facto é que o Governo em matéria de argumentos sobre privatização veio aqui dizer que isso reduz o défice orçamental, o que está errado, ou em matéria de visão sobre o problema do impacte do défice orçamental, ou sobre o problema da relação entre salários reais e produtividade, que o Governo tenta utilizar de uma forma que conduziria a uma continuada diminuição da parte do trabalho no rendimento nacional e a um agravamento das desigualdades na repartição do rendimento. Tudo isso o Governo dá por adquirido que está baseado em teorias certas, quando na verdade não está e é importante avançar argumentos para demonstrar que isso não é assim e que há aí escolhas que são políticas e ideológicas. Tirem todas as consequências políticas da análise diversa que fazemos.

É importante dar nessas matérias essas lições, porque exemplos como estes que acabo de enumerar revelam que o Governo também tem ainda muito que aprender.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças (Miguel Cadilhe): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É extremamente difícil conseguir um equilíbrio quando são múltiplos e concorrentes os fins da política económica.

Todos gostaríamos, por certo, de crescer mais depressa... Mas mais velocidade no crescimento económico pode arrastar inflação e défice externo.

Todos quereríamos criar, por certo, muitos mais postos de trabalho. Mas mais emprego pode conflitar com modernização e produtividade.

Todos desejariam aumentar bastante mais os salários reais... Mas o custo do factor trabalho pode prejudicar o emprego, a inflação, a competitividade, as exportações. Por aí, e pelo consumo das famílias, agrava-se o défice externo e suscita-se, mais cedo ou mais tarde, a política cambial e os outros ingredientes dos programas de estabilização.

Todos preferiríamos evitar despedimentos... Mas essa rigidez das escalas de produção prejudica a agilidade das empresas, provoca-lhes a aversão ao emprego permanente e degenera num proteccionismo dos trabalhadores empregados contra os desempregados.

Todos, ou quase todos, quereríamos reduzir drasticamente o défice do Estado... Mas menos défice orçamental requer mais impostos ou menos despesas públicas — daquelas que sejam compressíveis, incluindo o investimento público em infra-estruturas.

Todos desejarmos muito mais justiça social... Mas distribuir muito mais pode ir contra a eficiência, o mérito e a iniciativa. Pode prejudicar a vontade de investir e de criar emprego.

Srs. Deputados: Poderíamos prosseguir nesta inventariação dos conflitos que obrigam a «temperar» os objectivos e os instrumentos da política macroeconómica.

Em Portugal, mais que na maioria dos países da CEE, a nossa política macroeconómica tem de ser, em certo sentido, uma política de equilíbrio. No sentido mais profissional, sério e também arriscado do termo.

E temos de andar por etapas, para que os ganhos de hoje não se tornem perdas de amanhã, quer estejamos a tratar da inflação, quer do desemprego, dos défices, da dívida, da modernização.

Por isso, a nossa política económica tem de ser uma política de gradualismo.

E temos de congregar os parceiros sociais em torno dos objectivos cuja realização dependa, decisivamente, da sua vontade e comportamento. Estão neste caso a inflação, o desemprego e a modernização como casos mais expressivos. Por isso, a nossa política macroeconómica tem de ser uma política de concertação social.

Temos ainda de apontar metas e políticas credíveis, anunciar medidas bem doseadas, provocar impacte positivo nos agentes económicos, gerar neles convicções expectantes, propiciar um clima de confiança.

Antes de mais, têm os agentes económicos de acreditar em quem os governa: no Primeiro-Ministro e na justeza e estabilidade das suas políticas.

Por isso, a nossa política macroeconómica tem de ser uma política de expectativas convergentes e confiantes.

Eis, pois, os seis temperos fundamentais da política económica do Governo para os próximos quatro anos, em continuidade, aliás, com a política seguida desde 1986: compatibilização de objectivos conflituosos; gradualismo de metas e políticas; concertação social; adesão dos agentes económicos; consonância de expectativas, e clima de confiança.

O investimento é a variável estratégica do programa económico do Governo.

É pelo investimento das empresas que Portugal há-de vencer os atrasos e modernizar a economia, reduzir o desemprego e corrigir o défice da balança de bens e serviços.

Com o investimento público procurará o Governo atenuar as «deseconomias externas» que oneram os custos de produção nacionais — sejam «deseconomias» corpóreas, como as vias de comunicação, sejam incorpóreas, como a educação e a formação profissional.

Mas o investimento público e, em geral, todas as despesas do sector público administrativo estarão sujeitas à restrição orçamental, nos termos do programa plurianual de redução do défice relativo ao sector público administrativo, programa que tem vindo a ser executado desde 1986, como é do conhecimento desta Assembleia da República.

Tenciona o Governo fazer descer as necessidades anuais de financiamento do sector público global, incluindo o sector empresarial do Estado, de cerca de 18,5% do produto interno bruto em 1985 para apenas 5% em 1991. Em 1987, será apenas algo entre 11% e 12%. Conta, do lado do sector público administrativo, com o rigor e a disciplina impostos, desde 1986, ao Orçamento do Estado e, do lado do sector empresarial do Estado, com a entrada de capital de risco privado.

A economia portuguesa vai continuar a crescer solidamente nos anos 1987-1991.

Em média, o investimento produtivo poderá crescer acima do dobro do crescimento do produto interno bruto, com este a crescer em Portugal dois pontos acima do ritmo da CEE. A evolução do consumo deverá ser moderada em cerca de um ponto abaixo do PIB, em média.

Numa projecção cautelosamente optimista, o emprego, sublinho cautelosamente optimista, poderá crescer na ordem de um terço da taxa de crescimento do PIB e a produtividade poderá crescer os restantes dois terços. Mas trata-se de uma repartição do crescimento entre o emprego e a produtividade que dependerá, muito especialmente, do custo relativo do factor trabalho e, não tenhamos ilusões quanto a isto, não há nenhum governante, por mais keynesiano ou mais monetarista que seja, que consiga ultrapassar esta verdade infalível.

Um aumento acentuado e continuado dos salários reais tenderá a incentivar investimentos mais intensivos em capital e a fazer deslocar a taxa de crescimento do emprego para apenas um quarto ou um quinto da taxa de crescimento do produto interno bruto, podendo levar, aliás, à redução do próprio crescimento económico. É preciso ver que o Governo não pode decretar que a economia cresça graças predominantemente ao emprego. E mesmo que pudesse não deveria fazê-lo, porque estaria a penalizar a produtividade e assim a prejudicar o crescimento futuro mais sólido.

Quanto à inflação, mantém o Governo a meta de atingir a média da CEE no final da década.

Os salários reais vão crescer ano a ano, de modo firme, sólido, irreversível, responsável, em compromisso com outros objectivos ou constrangimentos fundamentais que — sublinhamos de novo — são o emprego, a inflação, a competitividade e o défice externo. Esse compromisso sobre salários reais será assumido no seio do Conselho de Concertação Social.

Regressemos ao investimento.

A correcção estrutural do défice externo exige a modernização da economia. E esta poderá implicar, em alguns sectores, uma combinação de factores menos intensa em trabalho.

Ao gerar desemprego tecnológico ou de reestruturação sectorial, é importante que a economia, como um todo, esteja a crescer a bom ritmo para que a

criação de novos empregos seja bastante superior à destruição de empregos e ao aumento da população activa. Só assim é possível fazer modernização em paz social.

A aposta do Governo é, precisamente, modernizar a economia e reduzir o desemprego. Embora se antagonizem, um e outro objectivos hão-de ser realizados a par e passo, no quadro do gradualismo que já referimos. E para isso a estratégia do Governo assenta não só no bom crescimento da economia, mas também e sobretudo em acordos de sustentação do PCE-Ded que, esperamos, o Conselho Permanente de Concertação Social venha a firmar para servir de enquadramento a uma política de rendimentos supra-anual, de inspiração a uma nova legislação laboral e de incitação ao investimento e reinvestimento em Portugal.

As contas externas acusarão, naturalmente, os efeitos do investimento, mas serão mantidas sob controle.

Segundo as trajectórias traçadas no cenário — base do PCEDED, o défice da balança de bens e serviços passará de 3,7% do PIB em 1987 para 5% em 1989, melhorando de seguida. Os pressupostos incluem, entre outros, a hipótese — vital na lógica do programa — de os investimentos realizados nos primeiros anos virem a gerar, em pouco tempo, exportações adicionais ou substituição concorrencial de importações.

A correcção estrutural do défice externo demora, obviamente, mais tempo que uma legislatura. Em 1994, a balança de bens e serviços atingirá, ainda por cenário-base citado, um défice de 1,6% do PIB, mas a balança de transacções correntes será já superavitária. A dívida externa regredirá sempre em percentagem do PIB, passando de 50% em 1986 para 35% em 1990 e 26% em 1994.

É assim que se constrói o futuro do País.

Teremos oportunidade de desenvolver proximamente a política orçamental e fiscal, por ocasião das propostas de leis do Orçamento do Estado para 1988 e da reforma fiscal. Mas já deixámos uma referência detalhada ao programa de redução do défice.

A política de rendimentos continuará a desempenhar, em 1988 e anos seguintes, um papel de primeira linha no leque das políticas macroeconómicas, associada a acordos do Conselho Permanente de Concertação Social.

A política cambial vai acompanhando o diferencial de inflação até que este seja desprezável. Nessa altura, o escudo apresentar-se-á como uma moeda forte, relativamente forte, no quadro europeu.

Em 1987, a taxa efectiva de câmbio deverá apresentar uma desvalorização acumulada de 6%, Dezembro sobre Dezembro.

A competitividade externa tem estado salvaguardada face à maioria das moedas. Apenas frente ao dólar e à libra há uma ligeira perda de competitividade, inevitável pelo próprio mecanismo cambial. Em média, a taxa de câmbio real tem mesmo sofrido uma ligeiríssima depreciação.

A política monetária merece que peça a atenção de VV. Ex.^{as} por algum tempo mais.

A política monetária é, em 1987, e vai continuar a ser em 1988 e anos seguintes, não expansionista, sem que isso signifique que se lhe vá atribuir carácter contracionista. É uma questão de grau e dosear-

mento. A política monetária está a ser conduzida controladamente, de modo a dispensar a necessidade do seu uso para acelerar ou para travar a fundo o andamento da economia.

Não parece decorrer deste teor não expansionista da política monetária uma excessiva contenção do sector produtivo.

Nas condições actuais assiste-se a um reforço significativo da capacidade de autofinanciamento das empresas e a um crescente recurso ao financiamento não monetário via mercado de capitais.

Por outro lado, o investimento directo estrangeiro e parte das transferências da CEE constituem também financiamentos ao investimento produtivo.

A verdade é que os objectivos de desinflação e da expansão moderada da procura interna exigem um apurado controle monetário.

Há razões que justificam o crescimento monetário a ritmo relativamente elevado em 1986 e 1987: o sensível aumento dos rendimentos líquidos reais; a propensão a repor níveis de consumo, designadamente quanto a bens de consumo duradouro, degradados em 1983-1985; o chamado efeito-riqueza, pela valorização dos activos líquidos resultante da desaceleração da inflação e da redução das taxas de juro e, finalmente, o efeito-liquidez, pela prática de não capitalização dos juros de depósitos a prazo.

Esta fase inevitável de relativa imoderação do consumo privado parece estar a terminar. A política monetária foi, em 1986, intencionalmente expansionista. O relançamento da economia, após um período de severa contracção, não aconselhava outra orientação; além disso, os excepcionais ganhos de termos de troca autorizavam uma aceleração da procura interna.

Ao mesmo tempo era indispensável quebrar e inverter as expectativas inflacionárias. Conjugaram-se, pois, todas as razões para que se procedesse a sucessivas e acentuadas descidas das taxas de juro, as quais se revelaram, juntamente com a nova política cambial, importantes contributos para o processo inflacionário.

Assim foi em 1986.

As circunstâncias internas que determinaram o pendor expansionista da política monetária em 1986 juntou-se o extraordinário aumento da fonte externa de moeda através de um excedente da balança de transacções comerciais, cuja dimensão só se tornou previsível numa fase avançada do ano para o Banco de Portugal.

Tal situação não foi, aliás, exclusiva da economia portuguesa. Pelo contrário, na generalidade dos países desenvolvidos ocorreu em 1986 uma ultrapassagem significativa dos objectivos monetários adoptados. Assim aconteceu, por exemplo, na República Federal da Alemanha, não obstante os extremos cuidados e a afinação que são postos por este país na programação e no controle da política monetária.

Assim aconteceu também no Reino Unido.

Em Portugal, em Junho passado, o desvio era de 4,5 pontos percentuais para mais e no principal agregado monetário a liquidez na posse dos residentes. De qualquer modo, esse desvio era apenas de 22% em Portugal, para mais quando, na República Federal da Alemanha, no fim do ano, atingia um desvio de mais de 73% e no Reino Unido mais de 38%.

Poderia citar outros países, mas não valerá a pena.

Na mais recente apreciação da conjuntura, a Comissão das Comunidades refere que tem sido difícil evitar uma expansão monetária rápida no conjunto da CEE.

A expansão monetária ocorrida em 1986 e 1987 não era destinada a prolongar-se no médio prazo. Por isso, em Outubro de 1986, no relatório de Orçamento do Estado para 1987, o Governo traçou diretrizes no sentido de um não expansionismo da política monetária e de um reforço do papel das taxas de juro. Tal orientação veio a ser consagrada no programa monetário do Banco de Portugal, onde se estabeleceu uma desaceleração da ordem dos 8 a 9 pontos percentuais no crescimento dos principais agregados de liquidez. É este programa que está a ser executado, aliás com um grande esforço, no sentido do seu cumprimento.

Na primeira parte do ano de 1987 os valores efectivos afastaram-se dos programados. A entrada de capitais externos (capitais de curto prazo e capitais ligados ao investimento directo estrangeiro) não controlados pelas autoridades monetárias e o crescimento do financiamento do sector privado superior ao previsto são as principais justificações dos desvios que a ainda pequena flexibilidade dos instrumentos da política monetária não permite evitar. O «aperto» sofrido pelos limites do crédito ao longo de 1987 não corresponde, porém, a qualquer estrangulamento do financiamento do sector produtivo. Por um lado, corresponde a um ajustamento do crédito sujeito a limite face à expansão superior ao previsto do crédito ao investimento, que foi temporariamente desenquadrado. Por outro lado, representa a compensação de entradas de capitais externos não registados na dívida que excederam largamente o previsto, como já referi, com relevo para o investimento directo estrangeiro e para os créditos comerciais de empresas.

Finalmente, o sector público administrativo substitui-se na titularidade e no serviço de dívidas de algumas empresas públicas e organismos públicos em extinção (casos do Gabinete da Área de Sines, da Companhia Nacional de Petroquímica e do Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos), reduzindo assim a parte do crédito sujeito a limite e fazendo crescer o crédito ao sector público administrativo classificado como tal.

O Banco de Portugal considera provável que, em Dezembro deste ano, os principais agregados monetários apresentem um crescimento muito próximo das diretrizes traçadas.

A tendência de desaceleração monetária prosseguirá em 1988 e 1989.

A moderação da procura interna para os ritmos projectados de crescimento — em especial no que respeita ao consumo — há-de resultar da actuação conjunta que está a ser feita sobre as políticas monetária, orçamental e de rendimentos. Aguardemos, pois, o futuro.

Dizer que há desequilíbrio e derrapagens é fácil. Gerir a economia portuguesa sem essas derrapagens, como provamos ao longo de muitos meses, é muito mais difícil. E vamos continuar a provar nos próximos anos.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, peço aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares o favor de

indicarem até ao meio-dia de amanhã os respectivos representantes na Comissão Permanente.

Pedia, também, à Sr.ª Vice-Presidente Manuela Aguiar o favor de me substituir.

Para pedir esclarecimentos há três inscrições.
Tem a palavra o Sr. Deputado Basílio Horta.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Sr. Ministro das Finanças, as primeiras perguntas que me permitia fazer-lhe têm a ver com o capítulo do Programa do Governo relativo à reforma fiscal.

Naquele capítulo, relativo à reforma fiscal, diz-se que, no fundo, ela consiste essencialmente na substituição dos actuais impostos cedulares por dois impostos, o IRS e o IRC. Mas, no entanto, a p. 55 há afirmações que eu gostaria que V. Ex.^a, de uma forma autêntica, nos pudesse esclarecer.

Diz-se, nomeadamente, o seguinte: «globalização através da substituição dos impostos cedulares actualmente existentes por dois únicos impostos», e à frente diz-se: «O IRS e IRC integram todos os rendimentos de qualquer natureza, incluindo as mais-valias e as menos-valias realizadas.»

O que significa para V. Ex.^a, e para o Governo obviamente, estas mais-valias realizadas.

Neste momento assumiu a presidência a Sr.ª Vice-Presidente Manuela Aguiar.

Aplausos gerais.

Pelos vistos, a primeira mais-valia realizada é a assunção da presidência pela Sr.ª Vice-Presidente Manuela Aguiar.

Risos.

Mas, Sr. Ministro, voltando ao tema mais árduo da reforma fiscal, que quer V. Ex.^a dizer, portanto, com as mais-valias realizadas? Se para as pessoas colectivas se pode entender como as reavaliações do activo patrimonial — não sei se realmente é isso que está no seu pensamento —, para as pessoas singulares o que é que isso quer dizer? Será que o fisco vai reavaliar o imobiliário para efeitos das contribuições que sobre elas incidem? Será isso? Será outra coisa? Terá V. Ex.^a a gentileza de esclarecer com o auxílio precioso do Sr. Primeiro-Ministro?

A segunda questão que lhe queria colocar tem a ver com o seguinte: «Alargamento da base de incidência e redução das isenções mediante», e aqui continuo a citar «a extensão da noção de lucro aos incrementos patrimoniais e a redução do campo dos incentivos fiscais.»

A redução do campo dos incentivos fiscais explica-se a si própria. Mas o que é isto da «redução de lucro aos incrementos patrimoniais»? Prende-se com a pergunta que eu fiz a V. Ex.^a antes ou é matéria diferente?

Finalmente, Sr. Ministro, e abusando da sua gentileza, «generalização da tributação dos rendimentos efectivos». O que é isto de «rendimentos efectivos»? Que é que isto quer dizer?

Em suma, como é que se compatibilizam todas essas afirmações que eu citei com o tal desagravamento da carga fiscal, ainda por cima feito magicamente sem redução das receitas financeiras.

A segunda pergunta que eu me permitia fazer a V. Ex.^a tem a ver com algo de que V. Ex.^a não falou. E eu queria perguntar-lhe se não falou porque foi intencional ou se foi um simples esquecimento.

V. Ex.^a disse uma grande verdade, ou seja, que efectivamente a confiança no Sr. Primeiro-Ministro — e não só no Sr. Primeiro-Ministro mas em todas as pessoas que compõem o Governo — é condição fundamental de eficácia de qualquer política económica. Mas V. Ex.^a também não acha que é condição fundamental de eficácia de qualquer política económica que o Estado cumpra as suas obrigações e os seus compromissos? Nem uma palavra no Programa do Governo sobre pagamento das indemnizações. Como é que o Estado se propõe vender activos líquidos sem primeiro pagar o que deve? Quem é que paga aos espoliados? Quem é que paga as indemnizações devidas a tantas e tantas pessoas que arriscaram as suas poupanças na Bolsa e, até ao momento, não receberam praticamente nada? Como é que o Estado vende essas empresas sem primeiro liquidar e pagar o que deve?

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Sr. Primeiro-Ministro já ontem havia trazido a esta Câmara algumas das questões fundamentais que o Sr. Ministro das Finanças, agora em segunda mão, veio apresentar e — diga-se de passagem — com bastante falta de rigor.

No entanto, gostaria de colocar algumas questões relativas à intervenção do Sr. Ministro das Finanças. E, desde logo, gostaria de frisar ser significativa a preocupação do actual Ministro das Finanças, Dr. Miguel Cadilhe, em vir a esta Câmara, neste momento, justificar a anterior política ou a política do anterior ministro das Finanças, Miguel Cadilhe.

De facto, o Sr. Ministro, designadamente, parece ter abandonado já a tese do défice virtuoso. Parece que já não pode por mais esconder e tem de aderir à realidade da continuação de um défice vicioso, do agravamento substancial dos défices, designadamente dos défices externos.

Por outro lado, Sr. Ministro, sobre a política do actual governo, V. Ex.^a escondeu-se — será o termo mais apropriado — atrás da aproveitação de uma série de projecções de carácter tecnocrático, fundamentalmente assentes num voluntarismo exagerado, que não tem substância nem aderência à realidade económica, esquecendo-se, mais uma vez significativamente, de apresentar aquilo que era o essencial, ou seja, as políticas efectivas para o combate real às causas dos desequilíbrios totais da economia portuguesa. Essas, Sr. Ministro, tal como agora no seu discurso são esquecidas no Programa.

Mas. Sr. Ministro, há uma questão que passa e que está claramente expressa no Programa do Governo, nas afirmações do Sr. Primeiro-Ministro e nas de V. Ex.^a: é que o instrumento fundamental da política económica apresentada por este governo são os salários reais, são os rendimentos do trabalho. E é com base na contenção dos rendimentos do trabalho e dos salários reais que este governo pretende atacar os efei-

tos das causas totais da economia portuguesa; é com eles que pretende combater a inflação, reduzir os défices externos e é, ainda, com a contenção dos salários reais que pretende aumentar o investimento. Afinal, a pedra mágica é a contenção dos salários reais.

A questão concreta que gostaria de colocar, Sr. Ministro, é a seguinte: este instrumento fundamental da política que é apresentada pelo Governo não é afinal e muito claramente — utilizando uma expressão sua de há pouco — uma política de protecionismo dos rendimentos do capital contra os rendimentos do trabalho?

Esta é a questão que, muito claramente, gostaria que fosse respondida.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Nogueira de Brito.

O Sr. Nogueira de Brito (CDS): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente. Não quero deixar, como fez o meu colega Basílio Horta e todos os meus colegas desta Casa, de sublinhar a circunstância de falar pela primeira vez sob a presidência de V. Ex.^a

É a presença de uma senhora cujos méritos são conhecidos, pelo que todos temos de nos congratular pelo passo importante que deu a democracia portuguesa ao vê-la na presidência desta Assembleia.

Aplausos gerais.

Vozes: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro das Finanças: Vou pôr duas questões a V. Ex.^a:

Uma tem a ver com as expectativas. O Governo passado e este, pelo que podemos avaliar do seu Programa, tem conferido especial cuidado à gestão das expectativas dos agentes económicos. V. Ex.^a admitirá, com certeza, que a sucessão do Governo, na sequência de eleições, embora mantendo a mesma equipa, tenha gerado algumas expectativas. Nem todas positivas, algumas porventura negativas para os agentes económicos. E é delas que eu irei falar mais concretamente a V. Ex.^a, Sr. Ministro.

O Governo refere-se no Programa à política cambial, para acentuar objectivos ligados à inflação e diminuir, menosprezar objectivos ligados à manutenção da competitividade da nossa economia, que no entender do Governo deve ser procurada noutro sector.

Esta questão está directamente relacionada com uma expectativa, Sr. Ministro, e por isso ela origina da minha parte uma pergunta muito concreta: pensa o Governo, a curto ou a médio prazo, revalorizar o escudo?

Outra questão, ligada também às expectativas: V. Ex.^a põe em especial atenção no seu discurso, bem como o Programa do Governo, o controle da liquidez global no sistema. E V. Ex.^a — pareceu-me concluir do seu discurso — atribui à diminuição operada em relação às taxas de juro administrativamente fixadas umas das causas para o incremento dessa liquidez, para além de limites considerados razoáveis no ano de 1986.

Esta a segunda questão, relacionada com a outra expectativa. Pensa o Governo, a curto prazo, alterar, subindo, as taxas de juro, que ainda se mantêm administrativamente fixadas? Ou, então, tem confiança apenas nos limites de crédito para, na realidade, controlar a liquidez?

E a última questão tem a ver com uma outra ontem colocada, ou seja, a do modo como ia operar-se a privatização.

Eu relatei o processo indicado pelo Governo com a revisão constitucional e o Sr. Primeiro-Ministro respondeu-me, dizendo que a resposta estava no Programa do Governo.

A minha questão ia, porém, um pouco mais longe e tinha a ver com isto: é que a revogação do n.º 1 do artigo 83.º permitirá adoptar outros processos que não apenas o que o Governo preconiza antes dessa revogação. Isto é, permitirá, por exemplo, adoptar o processo que consiste na devolução pura e simples de algumas empresas aos seus titulares.

Portanto, era essa a relação que pretende estabelecer e queria saber se o Governo, com ou sem revisão, se mantém fiel, apenas, a este processo, sendo a questão apenas de quantidade, isto é, se para além dos 49% de capital que se colocam ao dispor dos sujeitos privados se irá até aos 100%, ou se a revisão permitirá adoptar outros processos.

Por outro lado, a questão que queria pôr relacionando-se com uma outra questão que o meu colega de bancada Basílio Horta acaba de colocar — e que, com muita satisfação, verifiquei que foi ontem também colocada pelo Sr. Engenheiro António Guterres, do PS —, que é a questão das indemnizações.

A minha questão está em saber se o processo que o Governo agora vai utilizar o vai fazer em ligação com as indemnizações, isto é, se vai aproveitar a colocação em mercado de partes de capital conexionando-a com as indemnizações, ou seja, se vai respeitar este princípio de que o Estado deve ser uma pessoa de bem e não deve vender nada que não tenha adquirido correctamente e se vai mesmo afectar resultados dessas mesmas vendas ao pagamento das indemnizações justas, se vai alterar a legislação vigente em matéria de indemnizações, se vai procurar outro tipo de conexões, dando inclusivamente preferência aos antigos titulares espoliados em matéria de aquisições dessas partes de capital.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Só depois!?

A Sr.º Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. Ministro das Finanças: — O Sr. Deputado Basílio Horta colocou-me várias questões sobre a reforma fiscal. A proposta de lei sobre esta matéria há-de vir à Assembleia da República dentro de muito pouco tempo. Aliás, como o Sr. Deputado certamente sabe, já o Governo anterior havia apresentado uma proposta de lei, que deu entrada na Assembleia da República, mas que não foi aprovada devido à sua dissolução. Tal proposta de lei será provavelmente retomada com alguns reajustamentos, mas os grandes princípios, as grandes orientações, já estão presentes. Se o Sr. Deputado tiver grande interesse em a conhecer, poderá consultar o *Diário da Assembleia da*

República. De qualquer modo, o conceito de «mais-valias realizadas» não se afasta do conceito já utilizado na nossa lei fiscal, na nossa prática fiscal — já se tributam as mais-valias realizadas.

O conceito de «incremento» ou «acréscimos patrimoniais» encontra-se consagrado na doutrina, na técnica, na prática fiscal de outros países e, portanto, vamos adoptá-lo. É o mais recomendado pelos tratadistas.

Quanto aos rendimentos efectivos opõem-se rendimentos presumidos. Ou seja, isto é, afinal de contas, o que na gíria fiscal se designa por rendimentos reais. Nós não adoptámos a expressão «rendimentos reais» porque hoje em dia, com a inflação que tem existido em Portugal ao longo de tantos anos, «rendimento real» tem outro significado económico. Foi só por isso. Portanto, «rendimento efectivo» ou «rendimento fiscal» em termos tributários é a mesma coisa, isto é, opõem-se a rendimentos presumidos.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Sr. Ministro das Finanças, dá-me licença que o interrompa?

O Sr. Ministro das Finanças: — Faça favor, Sr. Deputado. Trata-se de perguntas de tal modo específicas que se quiser prolongar essa especificidade...

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Sr. Ministro, interrompi apenas para concretizar um pouco as questões que coloquei, pois penso que isso será útil.

Por exemplo, há casos em que a contribuição predial tem vindo até este momento a incidir sobre prédios que foram avaliados há dez ou quinze anos. Nestes casos, a contribuição predial está realmente a incidir sobre um rendimento presumido. Será que o Governo terá agora que avaliar todos esses prédios? É ou não isso que V. Ex.^a quer dizer?

O Orador: — Sr. Deputado, peço novamente que consulte a proposta de lei que há pouco referi e que está publicada. Esta proposta fala de rendimentos de propriedade, da criação de uma contribuição predial, que será receita das autarquias locais, e distingue o imposto sobre o património do imposto sobre o rendimento predial. Nestes termos, o rendimento predial conta para fins de imposto único, quer seja o rendimento de pessoas singulares ou de pessoas colectivas, e o imposto sobre o património é a receita das autarquias locais.

O Sr. Basílio Horta (CDS): — Dá-me licença que o interrompa de novo, Sr. Ministro?

O Sr. Ministro das Finanças: — Queira desculpar, mas agora não é possível, Sr. Deputado.

No Programa do Governo o assunto das indemnizações é tratado no capítulo da agricultura. No entanto, quanto a esta questão existe uma lei da Assembleia da República que ainda está em vigor. Há aí, de facto, uma lacuna por preencher, mas nós não temos que comentar o conteúdo dessa lei. Aliás, o CDS esteve várias vezes no Governo, tem estado na Assembleia da República e certamente que tomou algumas iniciativas relativamente a essa matéria que não terão tido seguimento.

Compreenda, Sr. Deputado, já se passaram muitos anos e a questão que se levanta é a da razoabilidade, a de estar a repor o problema da justiça ou injustiça das indemnizações por nacionalizações e expropriações feitas em 1975.

O Sr. Deputado Octávio Teixeira falou dos salários reais. É evidente que neste ponto estamos em discordância total. Não porque estejam em causa os mecanismos e a realidade económica portuguesa, mas apenas porque o Sr. Deputado pode dar-se ao luxo de ter uma visão completamente distante da de quem tem o dever de governar. A sua visão, Sr. Deputado, nunca será posta à prova. Tem essa felicidade!

Risos do PSD.

Quanto à questão do crescimento dos salários reais, como o Sr. Deputado sabe, se exorbitar daquilo que é aguentável pela economia portuguesa, a seguir provoca a perda dos salários reais. Foi assim que aconteceu ao longo de doze anos. E porque me parece que isto é importante, visto que o Sr. Deputado e o seu partido começam a estar na Europa (*risos do PSD*), vou ler um acordo feito entre os parceiros sociais a nível da Comunidade Económica Europeia a propósito da estratégia de cooperação ou de concertação para o crescimento e para o emprego. Os parceiros sociais — repito, a nível da Comunidade — acordaram o seguinte:

No quadro da estratégia de cooperação o acréscimo moderado dos custos salariais reais *per capita* deverá ser mantido abaixo dos ganhos da produtividade ainda por certo tempo nos países onde isso já é praticado e ser aplicado nos outros países onde isso ainda não se verifica.

Sr. Deputado, poderia continuar a ler, mas penso que não é necessário. Como vê, esta é uma recomendação a nível da Comunidade Económica Europeia e nós temos de a seguir ainda com mais força porque o nosso atraso é de tal modo grande, não só a nível salarial como também a nível de produtividade, da modernização, do emprego, que não tenho dúvidas nem humas de que não há outro caminho a seguir.

Mas o Sr. Deputado — repito — pode dar-se ao luxo de indicar caminhos alternativos irrealistas.

Sr. Deputado Nogueira de Brito, as expectativas são fundamentais para a nossa política e para a nossa estratégia económica. Mas o Sr. Deputado, pela pergunta que me fez, quis precisamente suscitar expectativas perversas! Então V. Ex.^a pergunta-me se vamos alterar o andamento da política cambial, que é um dos ramos mais delicados da política macroeconómica?! Então V. Ex.^a pergunta-me se vamos subir as taxas de juro, que é outro dos ramos mais delicados da política macroeconómica?! Esperava isso de muita gente, mas não de si, dados os seus conhecimentos e a sua sensibilidade para os problemas económicos e financeiros!

Voltando às taxas de juro, como sabe, nas operações activas, nas operações de crédito, temos apenas um máximo, que está em 19,5%, e abaixo disso as taxas de juro são completamente livres, coisa que nunca aconteceu na economia portuguesa e que foi instituída por este governo há muito pouco tempo.

Ora, essa liberalização das taxas de juro, que têm um máximo de 19,5%, permite que os bancos e os

seus clientes façam, através da negociação, do poder contratual, do risco de operação, das garantias, a fixação da taxa de juro mais conveniente para cada operação. E o que é certo é que, segundo as informações de que dispomos, as taxas efectivamente praticadas no mercado estão abaixo dos 19,5%.

Finalmente, quanto à transformação de empresas públicas em sociedades anónimas, as nossas respostas serão dadas em momento certo, quando chegar a proposta de lei sobre a matéria, o que certamente não irá demorar muito tempo.

Aplausos do PSD.

A Sr.^a Presidente: — Srs. Deputados, vamos agora fazer o intervalo regimental e retomaremos os nossos trabalhos às 18 horas e 15 minutos.

Antes de interromper a sessão gostaria de agradecer, muito sensibilizada, as palavras dos Srs. Deputados Nogueira de Brito e Bassílio Horta, assim como o gesto de saudação de todos os Srs. Deputados, que interpreto como o expressar de um desejo que todos nós partilhamos, de viver num país onde haja mais igualdade entre homens e mulheres. Espero ser apenas a primeira mulher a ocupar estas funções.

Aplausos gerais.

O Sr. Cardoso Ferreira (PSD): — Dá-me licença, Sr.^a Presidente?

A Sr.^a Presidente: — Para que efeito deseja usar da palavra, Sr. Deputado?

O Sr. Cardoso Ferreira (PSD): — Sr.^a Presidente, era apenas para pedir um esclarecimento.

De facto, fomos abordados no sentido de esta sessão continuar até às 21 horas sem qualquer intervalo. Suponho que haja outra ideia por parte da Mesa, mas nós não fomos consultados e gostaria de ser esclarecido.

A Sr.^a Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado. Tomámos esta decisão para facilitar os trabalhos, pois soubemos que havia, por parte de alguns deputados, o desejo de fazer o intervalo regimental.

Está suspensa a sessão.

Eram 17 horas e 45 minutos.

Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 40 minutos.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Natália Correia.

A Sr.^a Natália Correia (PRD): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: A decisão de pôr a Secretaria de Estado da Cultura na dependência da Presidência do Conselho de Ministros suscita várias interpretações.

Trata-se de uma subida na hierarquia do Governo, subida prestigiante, reconheça-se, mas que infelizmente não tem correspondência no modesto conteúdo da área cultural do Programa. Indicará essa alteração que a Secretaria de Estado da Cultura fica na situação de intervir em qualquer área do Governo? Óptimo, dado

o carácter englobante da cultura. Ou será de recear que, ficando a cultura adstrita ao centro do Poder, essa dependência directa significa um propósito manipulador?

Risos do PSD.

Admite-se ainda que o Sr. Primeiro-Ministro tenha querido enfeitar com o friso das musas o carro triunfal da sua estrondosa vitória eleitoral.

Risos.

Seja! Seja, mas então exige-se, isso sim, que esse gesto grandioso tenha uma tradução concreta em obras que animem e que enriqueçam a nossa vida cultural. O que lemos no Programa do Governo não nos inspira muitas esperanças.

Mas noto nesse mesmo Programa, e noto com agrado, o relevo que se dá à comunicação social — destaca-se naturalmente a televisão — como grande instrumento da difusão cultural. Há apenas que considerar que a anunciada abertura da televisão à iniciativa não estatal atrairá uma vaga, uma forte carga de publicidade cujas exigências, obedecendo naturalmente ao objectivo de vender o produto, de fazer consumir — bem o sabemos —, são inteiramente adversas a uma programação de nível cultural.

Pergunto: que tenciona o Governo fazer — tão empenhado como se mostra no seu Programa em que a comunicação social «exerça cabalmente as suas funções de defesa da língua portuguesa, de defesa da identidade nacional» — para preservar uma área cultural na actividade televisiva concedida à iniciativa privada?

Parece-me de toda a prudência que a concessão não seja definida e posta em prática sem se legislar previamente sobre a salvaguarda desse espaço cultural. Se o Governo está, efectivamente, interessado numa televisão formativa, tal como declara no seu Programa, não pode deixar de defender a presença da cultura numa televisão sujeita à invasão dos requisitos desculturalizantes da publicidade, como acontece nas televisões privadas.

Avultando assim responsabilidades do Governo na salvaguarda da função difusora da cultura nos espaços radiofónicos e televisivos não privatizados, preocupa-nos saber o que é que o Executivo entende por «serviço público mínimo da rádio e televisão». «Mínimo» é um diminutivo ou é o quanto basta? Esperemos que a lógica da privatização da rádio, e particularmente da televisão, não se traduza na desertificação cultural desses meios áudio-visuais.

Aplausos do PRD, do PCP, de Os Verdes e da Sr.ª Deputada Helena Roseta.

A Sr.ª Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Corregedor da Fonseca.

O Sr. João Corregedor da Fonseca (ID): — Sr.º Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Um dos aspectos mais negativos e preocupantes do Programa do XI Governo diz respeito às intenções reveladas, no que toca à venda de empresas públicas, de destruir tudo o que seja estatizado, enfim, de privatizar a qualquer preço.

Centremo-nos, por ora, apenas num sector.

O Governo, na sequência de tentativas anteriores, pretende vender os órgãos de comunicação social estatizados. E se até há poucos meses o mesmo Primeiro-Ministro salientava a necessidade de se manter, pelo menos, um jornal estatizado, ao que parece o *Diário de Notícias*, agora, nem isso. Vender, vender tudo, é a palavra de ordem.

Quer dizer: entregar de mão beijada a imprensa aos grupos de pressão económica, satisfazendo, assim, o apetite desses grupos e as promessas eleitorais que lhes fez.

O Governo receia a atenção com que o Conselho de Comunicação Social tem fiscalizado a actuação dos jornais, da rádio e da televisão estatizados, obrigando-os ao cumprimento da lei.

O Governo sabe que ao entregar a comunicação social ao sector privado — e não apenas os jornais, já que se dispõe também a alienar redes emissoras da rádio e canais de televisão — não ficará sujeito às críticas e análises isentas, bem como à fiscalização daquele Conselho.

Com este tipo de actuação, o Governo quer alterar profundamente as estruturas vigentes. Fala de problemas financeiros, mas esquece deliberadamente que a comunicação social, em todo o mundo, nomeadamente nos países da CEE, tem custos sociais, que são respeitados e beneficiam de múltiplos apoios oficiais.

O País necessita, como é evidente, de uma imprensa livre, de uma informação isenta, independente e pluralista. O Governo sabe que ao pôr em prática o seu Programa vai inevitavelmente provocar instabilidade, pelo que não pretende que essa contestação seja debatida publicamente. Como é evidente, não será a imprensa privada, ligada a grupos de pressão económica, defensora do projecto governamental, quem procederá a qualquer crítica que prejudique os seus próprios objectivos.

O Governo receia a opinião pública, não aceita a contestação, receia uma imprensa isenta. Daí, a sua decisão de destruir todo o sector público da comunicação social.

É também muito grave, no que toca a toda esta problemática, que o Governo, para além de pretender alienar, unconstitutionalmente, bens públicos da comunicação social, não preveja a participação, em violação das normas constitucionais, de cooperativas de jornalistas e de trabalhadores de imprensa, que não têm possibilidade de competir financeiramente com os grandes capitalistas.

Mas o Governo vai mais longe e, ao anunciar que também pretende vender o *Diário de Notícias*, quer, como o Sr. Primeiro-Ministro nos declarou ontem mesmo, e com ênfase, o Governo quer acabar com o Conselho de Comunicação Social, órgão fiscalizador do cumprimento das regras de independência, de rigor, de objectividade e de pluralismo.

Aí reside sem dúvida um dos problemas que mais preocupa o Governo. Por isso, há que evitar a todo o transe uma imprensa independente, livre das pressões de grupos económicos.

O que o Governo pretende é uma imprensa dócil, não crítica, não contestária, sem independência. Este Governo quer o campo livre e não hesita em violar a própria Constituição para atingir os seus fins, a exemplo, aliás, do que o anterior governo tentara.

E não se venha falar novamente em custos financeiros porque, então, há que esclarecer claramente duas situações: que tipo de gestores têm sido colocados nos órgãos de comunicação social estatizados e que tipo de gestão efectuaram: seria a mais conveniente ou, de forma muitas vezes deliberada, actuaram com vista ao enfraquecimento dessas mesmas empresas?

A outra questão é muito simples: ao longo dos anos quanto custou e quanto custa a imprensa privada ao erário público?

Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O problema que acabamos de focar constitui apenas um dos múltiplos aspectos do Programa do Governo, que merece a nossa crítica.

É com grande preocupação que encaramos este Programa e já tivemos oportunidade de declarar a nossa profunda apreensão com algumas das intenções governamentais enunciadas.

Por exemplo, citamos algumas, como as alterações às leis eleitorais, à lei laboral, à lei sindical, à revogação da lei do licenciamento das rádios, à revogação da lei que prevê a participação da Assembleia da República na definição das políticas comunitárias, ao desmembramento do sector empresarial do Estado, à entrega a grupos de pressão económica de todos os órgãos de comunicação social estatizados, à destruição completa da Lei de Bases da Reforma Agrária.

Torna-se por demais evidente que ressalta do programa uma filosofia conservadora, que não podemos nem queremos aceitar.

A privatização a qualquer preço é o fio condutor do programa governamental.

Isto significa, mais do que em qualquer outro país da Europa, o criar condições excepcionais aos detentores do grande capital, que exigem um conjunto de condições favoráveis e que nós não podemos aceitar.

Exigem salários extremamente baixos, trabalhadores sem quaisquer garantias sociais, manter condições de trabalho degradantes, não cumprir a legislação laboral, não pagar salários pelo trabalho executado.

Esses, a quem o Governo satisfaz as suas exigências, usam criminosamente o trabalho infantil ou clandestino, praticam e querem continuar a praticar taxas de lucro especulativas, enfim, é o que se pode chamar de verdadeiro liberalismo selvagem.

E a verdade é que no Programa em discussão ficamos com a certeza de que, em vez de se pôr cobro a esta avalanche de situações inaceitáveis, elas irão por certo agravar-se.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro: É por isso que este Programa nunca poderia merecer, em circunstância alguma, a nossa aprovação.

A execução deste Programa não fará enveredar o País pela modernização e pelo desenvolvimento que se impõem.

O que irá provocar será, por certo, descontentamento popular, instabilidade social e um mais acentuado e inaceitável agravamento das condições de vida das classes trabalhadoras, e mais desfavorecidas, que serão sacrificadas à prática de uma tal política. Este governo, pelo programa que apresenta à Assembleia

da República, não vai ser senão o Governo dos grandes interesses económicos, das grandes confederações patronais. Isso é apenas isso.

Aplausos da ID e do PCP.

A Sr.^a Presidente: — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lino Carvalho.

O Sr. Lino Carvalho (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Devido às políticas agrícolas prosseguidas nos últimos anos a economia do sector agrícola tem praticamente estagnado, designadamente no domínio da produção alimentar (com uma taxa de crescimento médio anual praticamente nula), com o consequente aumento da nossa dependência externa, tendência que é urgente, necessário e possível inverter.

Contudo, o XI Governo ao propor-se executar uma política agrária completamente sujeita à política agrícola comunitária, mesmo que em período de transição, está a comprometer o nosso desenvolvimento agro-alimentar.

É sabido que entre Portugal e a CEE existe uma contradição insanável: enquanto para a CEE a questão central é a de conseguir reduzir a sua produção e os seus excedentes e expandir a dimensão do seu mercado, para o nosso país a questão vital é a de conseguir aumentar as suas produções estratégicas, como os cereais, as oleaginosas, a carne, entre outras.

Com a sujeição da nossa agricultura à política agrícola comum, a produção e os produtores nacionais perdem o seu mercado interno e o País fica mais dependente do exterior em bens alimentares.

Esta orientação está bem patente no Programa que nos é proposto pelo XI Governo, onde não há referência a medidas concretas visando o aumento das produções agrícolas estratégicas, e, em alternativa, oferece-nos como acção motora o fomento florestal, o que implica obviamente a redução da nossa área de uso agrícola e a expansão da florestação e da eucaiptização desenfreada, como pretende a CEE —é verdade—, mas não os interesses do desenvolvimento do País.

A utilização dos diversos instrumentos da política agrícola comum conduzem, aliás, exactamente àquele objectivo e ainda também à liquidação de milhares de pequenas explorações agrícolas e de milhares de empregos na agricultura, seja pela via dos limites à produção, do congelamento dos preços reais, da concessão selectiva dos subsídios e financiamentos comunitários, de onde, como se sabe, por força dos regulamentos, estão afastados mais de metade dos nossos agricultores e cerca de 400 000 das explorações do País.

A demonstração do que fica dito está patente, aliás, no agravamento em 30% das importações de produtos alimentares nos primeiros cinco meses deste ano.

Intimamente articuladas com estes objectivos que o Governo oferece ao País estão as orientações propostas no campo da política fundiária, todas elas tendentes à concentração da propriedade e à reconstituição do latifúndio.

De facto, a insistência numa nova lei do arrendamento rural significa, na linha da proposta de lei apresentada na anterior Assembleia da República, o agravamento da instabilidade e da insegurança para

os pequenos rendeiros; o emparcelamento rural, tal como vem sendo executado, aponta para a concentração coerciva da terra e, no que se refere à lei dos baldios, o Governo insiste no seu projecto de querer retirar a gestão e usufruição dos baldios pelos povos.

Mas é no campo da Reforma Agrária que o Governo é, porventura, mais claro. Aqui, sem subterfúgios, o Governo anuncia o agravamento da guerra já declarada e desencadeada desde há muito por meras razões ideológicas, de interesse de classe e de favorecimento de clientelas partidárias. Mas mesmo aqui o Governo procura desviar a atenção dos objectivos fundamentais da sua política com a afirmação de que «serão integralmente respeitados os direitos adquiridos por todos aqueles a quem foram distribuídas terras» e encorajados «os agricultores mais dinâmicos e eficientes». Mas como concilia o Sr. Primeiro-Ministro essa afirmação com o facto de o seu governo estar a expulsar dezenas de pequenos agricultores a quem foram distribuídas terras da Reforma Agrária, como sucede actualmente, entre outros, com os 25 rendeiros do Estado, em Odemira, a quem o Sr. Primeiro-Ministro foi pessoalmente entregar terra e que foram agora notificados para as abandonarem proximamente a fim de serem entregues aos antigos grandes proprietários, terras em que alguns deles fizeram investimentos da ordem das dezenas de milhares de contos?

Aplausos do PCP.

O Sr. João Amaral (PCP): — Deve ser uma explcação difícil!

O Orador: — Tenta também o Governo dar cobertura à sua política de destruição ilegal e inconstitucional da Reforma Agrária com a afirmação pelo Primeiro-Ministro de que «a experiência colectivista na agricultura portuguesa — leia-se Reforma Agrária — redundou em total fracasso».

Mas é significativo que, tendo citado tantos números noutras áreas, não tivesse citado um único que confirmasse esta sua afirmação.

O que o Governo propõe, de facto, é o agravamento da instabilidade social, o aceleramento da destruição da Reforma Agrária, sem a criação de quaisquer alternativas válidas para a produção e para o emprego.

E quando o Governo tenta amaciar os efeitos de todas estas propostas com a afirmação de que vai «construir novos regadios» e «promover a recuperação acelerada dos regadios colectivos», convém lembrar que grandes projectos de irrigação, como o Alqueva, estão parados, e, apesar das promessas eleitorais do então candidato Álvaro Barreto, o Sr. Primeiro-Ministro anunciou-nos ontem mais um dos muitos e intermináveis estudos, curiosamente no momento em que a EDP acabou de concluir mais um desses estudos; outros projectos evoluem de forma desarticulada e a ritmos inadequados, como os casos da Cova da Beira e do Mondego e perímetros de rega como o Mira, Odivelas, Roxo, Caia estão largamente subaproveitados, sendo verdade que o PSD já é responsável pela pasta da agricultura vai para oito anos.

Também à promessa do Sr. Primeiro-Ministro, ontem, de que o Governo vai promover o aparecimento de indústrias na Região do Alentejo, importa

recordar que a prática do PSD, no Governo, tem sido, pelo contrário, a do encerramento de unidades industriais como a FORE, o DIVOR, a CONSOL, etc., e a paralisação e desmembramento de parques industriais.

A política que interessa ao País é outra: é a do aproveitamento dos recursos nacionais, do aumento da produção agrícola e do desenvolvimento e modernização real da agricultura portuguesa ...

Uma voz do PCP: — Muito bem!

O Orador: — ... da diminuição da dependência alimentar, do aumento da segurança, estabilidade e condições de vida para os agricultores e trabalhadores rurais, do apoio às pequenas e médias explorações agrícolas e à Reforma Agrária, da coexistência dos diversos sectores de propriedades previstos na Constituição da República Portuguesa.

É por essa política que o PCP não deixará de continuar a luta.

Aplausos do PCP e da ID.

A Sr.ª Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros (João de Deus Pinheiro): — Sr.ª Presidente, Srs. Deputados: Ao usar da palavra, na qualidadde de membro do XI Governo Constitucional, desejo, antes do mais, saudar cordial e respeitosamente esta assembleia, permitindo-me desejar a V. Ex.ª, Sr.ª Presidente, bem como aos restantes membros da Mesa, as maiores felicidades no desempenho dos cargos para que foram eleitos.

Sr.ª Presidente, Srs. Deputados: É clara a linha de continuidade entre as orientações do XI Governo em matéria de política externa e as que ao longo dos últimos onze anos foram defendidas por governos anteriores, continuidade que traduz o marcado consenso existente entre as forças democráticas quanto às grandes opções nacionais neste domínio.

Consenso que se tem afirmado também no plano institucional entre os órgãos de soberania e que deriva da convergência inequívoca. Em torno de valores fundamentais do mundo ocidental, como são a liberdade, a democracia pluralista, os direitos do homem e a opção pelo diálogo político como forma superior de dirimir conflitos e buscar a paz.

Consenso que deriva, ainda, do modo como é perspectivada a posição geoestratégica de Portugal, como é encarado o papel de Portugal no concerto das nações, de como é valorizada a nossa matriz histórica e cultural.

Consenso que tem permitido um desempenho externo coerente e respeitado.

E se assim foi no passado recente, mal-grado a sucessão de governos e as dificuldades da nossa economia, há bons motivos para acreditar que, no presente, o nosso país dispõe de condições favoráveis para um desempenho mais activo na cena internacional em que se privilegiem iniciativas.

Com efeito, a estabilidade política derivada das eleições recentes, a tendência positiva da nossa evolução económica e social, a adesão às Comunidades Europeias e, mais do que isso, o encorajador balanço da primeira fase de adesão, a melhoria significativa do relacionamento com os países de expressão oficial por-

tuguesa, o êxito das negociações com a República Popular da China sobre Macau e, de um modo geral, a reaproximação feita a regiões ou países com passado histórico comum são factores importantes que reforçam a credibilidade e o respeito internacional de Portugal.

Nesta óptica, entende o Governo ser oportuna e justificada a orientação acima expressa, tendo naturalmente como primeira e inequívoca linha de preocupação a defesa e promoção dos interesses de Portugal e dos Portugueses.

Importa, porém, que à coerência e credibilidade da nossa política externa e à maior agressividade ora preconizada possa corresponder um nível de eficácia adequado.

Para tal será imperioso nalguns casos rever e noutrous reforçar os esquemas de coordenação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, departamento onde confluirão necessariamente diferentes projectos e propostas e de onde partirão numa perspectiva de unidade as orientações e os apoios necessários.

Tal exigirá em primeira instância uma intensa coordenação intersectorial — que se fará — e a adopção de novos instrumentos e métodos de actuação.

Exigirá, também, a revisão das fórmulas de interacção entre a nossa rede diplomática e consular e os serviços centrais do Ministério, particularmente no campo da informação recíproca e da definição e posterior acompanhamento de objectivos estratégicos a prosseguir no exterior.

Exigirá, ainda, uma participação mais activa do nosso corpo diplomático, quer na formulação de opções, quer na execução de orientações globais de estratégia estabelecidas em cada caso.

Importará, finalmente, o prosseguimento da reforma das estruturas orgânicas do Ministério dos Negócios Estrangeiros e a revisão da nossa rede diplomática e consular, à luz dos estudos em curso e da experiência colhida.

Sr.º Presidente, Srs. Deputados: Não obstante o risco óbvio de repetir alguns aspectos do programa apresentado e de referir teses consensualmente adquiridas, gostaria de abordar prospectivamente alguns aspectos da política externa que tenderão a influenciar o nosso futuro nos próximos anos.

E começo, naturalmente, pela integração europeia.

O êxito do processo de integração europeia constitui, reconcidicamente, um dos factores decisivos para o desenvolvimento e a modernização do País, objectivo que constitui meta primacial de toda a actuação do Governo.

Neste sentido, cuidar-se-á de aproveitar, bem e depressa, as vantagens económicas e financeiras que o contexto comunitário nos proporciona, tirando partido das transições acordadas e maximizando os efeitos positivos para o desenvolvimento da economia portuguesa.

Mas não se reduzirá a nossa presença na vida comunitária apenas à obtenção de algumas vantagens para Portugal. O Governo assumirá atitude sempre activa no processo de construção europeia, aceitando em pleno a nossa responsabilidade como parceiro europeu, indispensável na consolidação de uma Europa mais coesa, mais moderna, mais segura.

Reconhece-se que a Comunidade está hoje perante grandes desafios que vão marcar a Europa do terceiro milénio. Por um lado, terá de se ajustar ao alargamento ao sul consagrado nos últimos anos e que alterou, de forma substancial, o seu perfil económico e social.

Por outro lado, deverá responder ao progresso tecnológico dos outros grandes parceiros industrializados, à agressividade concorrencial dos novos países industrializados, à construção da sociedade pós-industrial e às novas condições da economia mundial.

Neste contexto, as reformas comunitárias deverão alinhar-se pelos seguintes objectivos:

- Realização do mercado interno alargado;
- Reforço da coesão económica e social do espaço comunitário;
- Recuperação da competitividade da economia europeia à escala mundial;
- Realização da chamada Europa dos cidadãos;
- Reforço da intervenção activa e construtiva da Europa na cena internacional.

Para atingir estes desideratos, no horizonte do ano de 1992, a Comunidade terá de racionalizar a política agrícola comum, corrigindo os desfasamentos que revela face aos mercados, e as estruturas agrícolas e impedindo que se torne num grave estrangulamento ao processo da integração europeia; terá de reforçar e reformular os fundos estruturais, tornando-os efectivos instrumentos de desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas e com impacte macroeconómico; terá de aumentar os recursos próprios e, do mesmo passo, estabelecer um novo sistema de financiamento que tenha em conta a prosperidade relativa dos Estados membros; terá ainda de promover novas políticas no campo do ambiente, do apoio tecnológico às pequenas e médias empresas e às novas tecnologias.

A consagração de um espaço sem fronteiras, até finais de 1992, deverá associar-se estreitamente ao esforço da Comunidade para reduzir as assimetrias regionais e desenvolver aceleradamente as zonas estruturalmente desfavorecidas. Trata-se de equilíbrio fundamental, sem o qual se avolumarão as tensões económicas e sociais no seio da Europa e se poderá comprometer a própria realização da união europeia.

Portugal defenderá também a promoção e dignificação da chamada Europa dos cidadãos, que traduz, no essencial, a dimensão social e cultural da Comunidade.

A livre circulação dos cidadãos da Comunidade, a valorização dos recursos humanos, o intercâmbio de jovens, a cooperação entre universidades e outras instituições de ensino com o mundo científico, tecnológico e empresarial, a melhoria da qualidade de vida, o intercâmbio cultural, a defesa do ambiente, a protecção dos consumidores, a concertação social, são alguns dos domínios que merecerão o apoio do Governo. A Comunidade não realizará os seus grandes objectivos se se quedar apenas por um projecto de união aduaneira corrigido por alguns fluxos financeiros com reduzido impacte macroeconómico.

O Governo empenhar-se-á também, no plano imediato, em promover a concretização do programa de modernização da indústria portuguesa com o apoio comunitário, o que deverá ocorrer — o mais tardar — no início do próximo ano.

A primeira presidência da Comunidade que caberá a Portugal desempenhar acorrerá no primeiro semestre de 1992.

A dignidade inerente a essa responsabilidade, bem como a complexidade das matérias em causa, exige uma cuidada preparação, a encetar desde já. Haverá que assegurar não só as infra-estruturas indispensáveis a essa tarefa mas também a adequada formação dos recursos humanos.

O Governo não deixará de prosseguir um diálogo regular e transparente com a Assembleia da República, em tudo o que respeita aos assuntos comunitários, mas em rigoroso respeito pelas competências dos diferentes órgãos de soberania e salvaguardando sempre a capacidade negocial que cabe ao Governo exercer para assegurar a defesa dos superiores interesses do País.

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: A relevância das organizações internacionais no mundo de hoje é uma evidência.

Bastará ter presente que o seu número ascende a cerca de 330.

Daqui decorre que a audiência e prestígio de um país na cena internacional é, em grande parte, determinada pelo seu papel e actuação nos diferentes organismos internacionais, bem como nos múltiplos domínios que estes abrangem, sem ignorar as carências e limitações próprias desses organismos, em particular do sistema das Nações Unidas, importa ter em conta que os organismos internacionais constituem, desde que apropriadamente utilizados, um trunfo para os pequenos países que, de outro modo, se arriscam ao isolamento ou à mera relação bilateral.

Neste plano, a adesão de Portugal às Comunidades Europeias e a sua inserção nos mecanismos da cooperação política europeia é um novo elemento a ter presente.

Com efeito, e sem esquecer a defesa dos nossos interesses e a percepção que nos é própria, a diversidade e premência dos assuntos a que somos chamados a intervir (por exemplo, América Central, Médio Oriente, África Austral, terrorismo, droga) implica, sempre que possível, a procura de soluções que, no seio dos organismos internacionais, seja comum aos doze. Se esta situação implica, por um lado, certas exigências de disciplina no seu funcionamento, confere-nos, paralelamente, uma potencialidade acrescida resultante de pertencermos a um bloco com peso e dimensão na vida internacional. Isto verifica-se com particular incidência no quadro das relações com a Convenção de Lomé, nas Nações Unidas e suas agências especializadas.

Dado quanto antecede, entende o Governo prestar particular atenção aos campos de ação que se prendem com a cooperação para o desenvolvimento e os direitos do homem, aproveitando os mecanismos existentes no quadro de organismos como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), Comissão dos Direitos do Homem (CDH), Conselho da Europa (CE), Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e, no âmbito comunitário, a Convenção de Lomé.

Ainda no plano das organizações internacionais pretende o Governo estimular e apoiar decididamente can-

didaturas de cidadãos portugueses aos escalões médios e superiores de organizações, que actualmente são em número extraordinariamente escasso.

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: A cooperação é hoje vista como uma política nacional. Nacional porque tem o consenso de todas as forças políticas e mobiliza todos os departamentos oficiais e até organizações não governamentais. Nacional, ainda, porque serve e deve servir valores e interesses permanentes do Estado.

Ao Governo Português cabe, portanto, dar expressão a essa política de Estado, entendendo-a como política a longo prazo cujos resultados não podem ser casuisticamente aferidos ao sabor de interesses parciais. E deverá o Governo continuar a fazê-lo, chamando a si a coordenação de todos os esforços provenientes dos mais variados sectores, para que estes se potenciem reciprocamente e respeitem prioridades perspectivadas no plano do interesse nacional português, sem deixarem de atender às reais necessidades dos nossos parceiros, nomeadamente dos países africanos de língua oficial portuguesa.

Nestas condições, o Governo Português conferirá cada vez maior relevância às áreas sócio-cultural, científica e tecnológica. Trata-se, com efeito, de domínios que mais resistência oferecem à erosão do tempo e às contingências dos interesses.

Dentro dela, por seu turno, vêm sendo considerados e tratados como prioritários sectores como os da educação e cultura, especialmente no concernente ao ensino e expansão da língua portuguesa, saúde e formação de quadros.

No que se refere à educação e cultura, importa salientar a preocupação com a criação de centros culturais, as missões de levantamento global de necessidades, já realizadas ou projectadas, e a formação de professores que assegurem este ensino da forma mais vasta possível.

Também no que toca à saúde, a experiência portuguesa neste âmbito, o conhecimento dos problemas tropicais que temos em Portugal, a existência de instituições especializadas, colocam-nos em posição privilegiada, que nos permitiram já algumas significativas intervenções.

Quanto à formação de quadros, designadamente médios e superiores, trata-se de condição indispensável ao desenvolvimento da cooperação em todos os domínios.

Prosseguir-se-á, assim, intensificando-a, a concessão de bolsas de estudo e de formação profissional, o envio de cooperantes (em condições mínimas indispensáveis ao seu recrutamento e fixação) e o envio de missões de curta duração em áreas prioritárias.

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados: A cooperação portuguesa na área técnico-económica tem sido desenvolvida numa frente muito ampla onde estão representados os mais diversos sectores, com especial incidência na área da formação profissional.

Portugal tem, como já referi, contribuído e participado na dinamização da cooperação internacional no âmbito multilateral, nomeadamente a nível da Organização das Nações Unidas e da Comunidade Europeia.

O esforço português de cooperação na área técnico-económica, que é importante — se considerarmos a dimensão dos recursos dos países — e que só tem sido possível pela generalizada percepção das especiais responsabilidades históricas de Portugal, particularmente no que se refere à África, encontra-se de algum modo prejudicado pelo grande peso relativo que assume o vector financeiro.

Para ultrapassarmos este condicionalismo impõe-se a adopção de uma estratégia selectiva, de que constarão essencialmente as seguintes orientações:

1 — Estreitamento das relações com as agências especializadas das Nações Unidas e outras organizações internacionais vocacionadas para a cooperação económica e o desenvolvimento que permitam uma maior participação nos projectos multilaterais a cargo das mesmas.

2 — Recurso à cooperação tripartida com países económico e financeiramente mais fortes para projectos onde a componente portuguesa seja mais do que proporcional à sua contribuição financeira.

3 — Maior equilíbrio entre o esforço actualmente despendido na cooperação financeira e o consagrado à cooperação técnico-económica propriamente dita, procurando, por outro lado, beneficiar o sector de investimento.

4 — Rentabilização das acções de cooperação, tendo em conta as características específicas e as necessidades prioritárias de cada um dos nossos parceiros, as melhores capacidades técnicas de que dispomos e a mobilização dos recursos humanos portugueses de reconhecida vocação e especial aptidão para acções deste tipo.

5 — Finalmente, privilegiar-se-ão os projectos integrados relativamente a acções pontuais e os programas plurianuais em relação aos projectos anuais de menor continuidade.

O Governo entende que a política de cooperação deverá prosseguir em termos de valorizar os meios disponíveis no quadro de uma coordenação criteriosamente definida em função de uma visão global.

Sem prejuízo de uma revisão das actuais estruturas, serão activadas a Comissão Interministerial para a Cooperação e a Comissão Consultiva para a Cooperação.

Incentivar-se-á também a realização regular de reuniões das comissões mistas com vista à consolidação do papel de relevo que têm vindo a adquirir.

Não compete naturalmente ao Estado substituir-se a muitas das entidades, agentes e grupos que actuam no domínio da cooperação, mas cabe-lhe possibilitar-lhes a articulação e a colaboração de que necessitam, numa visão equilibrada e harmoniosa do interesse geral.

Assim, serão atingidos os objectivos nacionais no que diz respeito à política de cooperação.

Sr.º Presidente, Srs. Deputados: A reaproximação global à América Latina tem constituído um dos objectivos da política externa portuguesa, sendo de destacar neste contexto o cordial relacionamento com a virtual totalidade dos países da zona, o particular reforço de algumas relações bilaterais em passado recente e, acima de tudo, o especial, quiçá único, relacionamento com o Brasil, reimpulsionado significativamente nos últimos meses.

Portugal tem revelado, particularmente no âmbito das Comunidades Europeias, especial compreensão pelos problemas candentes com que se debate aquela região do globo, nomeadamente os que se prendem com a plena democratização, a dívida externa e os conflitos na América Central, sendo hoje reconhecido pelos Doze o papel essencial de Portugal no entendimento entre a CEE e a América Latina.

No que ao Brasil respeita, a cooperação nos planos político, económico e cultural afigura-se particularmente importante, não só pelos laços históricos que unem os dois países, mas pelos condicionalismos em que se move a política externa de ambos os países.

Particular ênfase seráposta pelo Governo na criação de condições efectivas para um mais intenso relacionamento económico, designadamente através de *joint ventures* entre empresas de Portugal e do Brasil, e como via para atenuar o nosso défice comercial com os países da América Latina.

Também no plano cultural, importará intensificar o intercâmbio, em especial com o Brasil, tendo em conta o comum desejo de defesa e expansão da língua portuguesa e aproveitando desde logo os ensejos abertos pelas comemorações dos 500 anos dos descobrimentos.

Sr.º Presidente, Srs. Deputados: Todos estamos cientes da importância e influência das comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo, quer como elemento integrante da Nação Portuguesa quer pelo papel que desempenham nos respectivos países de acolhimento. Temos também consciência dos problemas com que se defrontam os portugueses residentes no estrangeiro em domínios como os do ensino, da aprendizagem do Português, do emprego, da Segurança Social e do retorno, bem como do enorme trabalho que urge realizar nos campos da informação e da divulgação da nossa cultura.

Neste espírito, o Governo propõe-se reforçar o elo mais forte que liga todos os Portugueses, precisamente constituído pela língua e cultura portuguesas, através da criação de institutos e de centros culturais e da motivação dos portugueses residentes no estrangeiro para o papel que lhes cabe como importantes agentes culturais. Estamos mesmo convencidos de que neste domínio cabe um importante papel à sua própria iniciativa e à das respectivas associações, pelo que o Governo apoiará a realização de projectos de índole cultural que se revelem de especial interesse para a difusão da língua e cultura portuguesas.

É especialmente sensível a situação da segunda e terceira gerações, em especial dos jovens, que em muitos casos mal falam a nossa língua. Por isso, o Governo desenvolverá e apoiará todas as actividades que visem o estreitamento dos laços que deverão continuar a ligar esses portugueses à Pátria, nos domínios cultural, social e económico.

Sr.º Presidente, Srs. Deputados: É firme desejo do Governo que as grandes opções em matéria de política externa possam colher o maior consenso nacional possível.

Tal implica, necessariamente, um diálogo intenso entre os diferentes órgãos de soberania e particularmente uma relação estreita entre o Governo e a Assembleia da República na procura das melhores soluções nacionais na defesa de um Portugal não somente soberano mas afirmativamente independente, não somente ibérico mas europeu e atlântico e decididamente activo

na construção de um mundo que queremos melhor para os nossos filhos.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª Presidente: — Sr. Ministro, em nome da Mesa e pessoalmente agradeço as amáveis palavras que nos dirigiu no inicio da sua intervenção.

Para formular pedidos de esclarecimento ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros tem a palavra o Sr. Deputado Sottomayor Cardia.

O Sr. Sottomayor Cardia (PS): — Sr.ª Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: Vou fazer-lhe uma pergunta muito simples, que é verdadeiramente uma pergunta. Não faço considerações sobre o que V. Ex.ª acabou de dizer, pois considero despropositado nesta circunstância.

Assim, espero que me responda ao seguinte: que apreciação faz o Governo a respeito da actual posição da Santa Sé sobre Timor-Leste?

O Sr. Raul Rego (PS): — Muito bem!

A Sr.ª Presidente: — Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, há ainda um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Fernando Figueiredo. V. Ex.ª pretende responder já ou no final de todos os pedidos de esclarecimento?

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — No final, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente: — Então, para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Figueiredo.

O Sr. Fernando Figueiredo (PSD): — Sr.º Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Quero, em primeiro lugar, congratular-me pela política de emigração que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros acabou de anunciar, em princípios suficientemente claros para serem compreendidos facilmente por todos os que estão ligados a esta matéria.

Penso, pois, que a passagem da protecção consular para a Secretaria de Estado das Comunidades é um passo positivo que permite articular melhor os serviços e facilitar a assistência consular aos portugueses residentes no estrangeiro.

Considerando que a emigração não é estática, é dinâmica e sujeita a mutações, quero perguntar-lhe se está ou não em curso um estudo para que, eventualmente, consulados que hoje podem não ser tão necessários em certas áreas possam ser transferidos ou vir a ser criados novos de maneira a melhor poder servir os interesses desses portugueses, sem que tenham, por vezes, de fazer deslocações demasiadamente longas a fim de tratar de actos consulares que tão necessários lhes são e que neste modo poderiam ter a sua vida facilitada. Inclusivamente, isso facilitaria os contactos com as autoridades portuguesas, caso esses consulados estivessem mais acessíveis, o que ainda não acontece em determinadas áreas.

A Sr.ª Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Amaral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, a primeira pergunta é relativa ainda a Timor-Leste e tem o seguinte conteúdo: o programa eleitoral do PSD refere que «será também preocupação dominante a luta contra a violação do direito à autodeterminação da população de Timor-Leste por parte da Indonésia». No Programa do Governo a palavra «autodeterminação» desapareceu e propõe-se tão-só a procura de uma solução condigna para a questão de Timor, o que tem naturalmente um significado político — como isto está escrito, é público que há esta diferença. Então, pergunto ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: porquê, o que se passou e o que justifica esta diferença?

A segunda pergunta refere-se ao relacionamento com os Estados Unidos.

Ontem, o Sr. Primeiro-Ministro, em resposta a uma pergunta sobre a questão de Almodôvar, disse que o compromisso do Governo resultava de um acordo celebrado pelo governo anterior. É sabido que a matéria de acordos militares está constitucionalmente reservada à Assembleia da República, pelo que os acordos por troca de notas sobre matéria militar são inconstitucionais e, aliás, a declaração de inconstitucionalidade está pedido no Tribunal Constitucional. Portanto, se se mantiver a matéria que foi objecto desse acordo inconstitucional por troca de notas, o Governo terá, ele próprio, que fazer a proposta sobre a matéria de Almodôvar.

Assim, a pergunta que se faz é a de saber se o Governo concorda ou não com a instalação em Portugal de uma estação de rastreio como a de Almodôvar, integrada, como sabe, na iniciativa de defesa estratégica.

A terceira pergunta refere-se a um ponto do Programa que tem a ver com o relacionamento com os novos países africanos que utilizam a língua portuguesa. Aliás, o discurso do Sr. Primeiro-Ministro refere-se ao respeito pelas instituições políticas vigentes, ao diálogo exclusivo com os governos, etc.

O que se pergunta — e isto é uma tentativa de explicitar — é se neste Programa também está implícito que, sendo o diálogo exclusivo, se tomarão as medidas adequadas para impedir que o território nacional seja utilizado por forças que estão contra os governos legítimos, nomeadamente das Repúblicas Populares de Angola e de Moçambique.

A quarta pergunta tem a ver com uma questão também muito concreta. Na página 24 do Programa refere-se que um dos objectivos do Governo em matéria de relacionamento com a CEE é concretizar o programa de modernização da indústria portuguesa. Colocado no quadro do relacionamento com a CEE, o que se pergunta é o seguinte: não existindo o plano europeu de desenvolvimento da indústria portuguesa, o que é que isto significa?

A quinta pergunta, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, é muito simples: na página 21 do Programa do Governo refere-se que «[...] entende o Governo ser indispensável preservar a unidade de condução da política externa [...]. Ora, sendo o Governo monopartidário, tendo o Governo a maioria nesta Assembleia, só se entende esta referência — já que não será aos

tribunais — a um outro órgão de soberania e, dado o quadro limitado do número de órgãos de soberania, só pode ser à Presidência da República. Gostaria, pois, que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros me dissesse qual a necessidade de dar este recado à Presidência da República no próprio Programa do Governo.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Sr.ª Presidente: — Para formular um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Gama.

O Sr. Jaime Gama (PS): — Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, gostaria de lhe colocar algumas questões.

A política externa é uma área tendencialmente consensual. O Programa do Governo e a intervenção do Sr. Ministro decorreram num tom de quinta essênciadesse consenso, pelo que gostaríamos de clarificar alguns pontos da política para saber em que medida é que é possível o consenso.

Qual é a posição do actual governo sobre a adesão de Portugal à União da Europa Ocidental? Vai retomá-la, impulsioná-la ou abandoná-la?

Como é que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros compatibiliza a anunciada política de celebração do V Centenário dos Descobrimentos com as relações entre Portugal e os estados africanos, designadamente com os novos países africanos de língua oficial portuguesa? Estes países vão ser associados às celebrações, de um ponto de vista de cooperação internacional, ou estas vão orientar-se numa óptica de isolacionismo para auto-contemplação da opinião pública portuguesa?

Uma outra questão é a de saber qual a forma como o Governo Português posiciona a participação de Portugal nas celebrações da descoberta da América.

Quando é que o Governo iniciará a negociação do novo acordo de concessão de facilidades à República Federal da Alemanha em Beja e quais as orientações nesse sentido?

Quais as iniciativas que o Governo Português tem em vista em matéria de propostas especificamente portuguesas à cooperação política europeia? Se elas existem, quais são e quando é que serão activadas?

Qual a política definida pelo actual Governo no tratamento das relações entre Portugal e Espanha, no contexto bilateral e também no âmbito comunitário? Quais as acções previstas nesse sentido, designadamente qual o grau de concretização da matéria accordada no último encontro de primeiros-ministros? Está prevista alguma nova cimeira?

Uma última pergunta é a de saber qual a avaliação e posição do Governo Português em relação à candidatura do Dr. Sá Machado à UNESCO.

A Sr.ª Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — Respondendo às perguntas pela ordem em que foram colocadas, direi, em primeiro lugar, ao Sr. Deputado Sottomayor Cardia que seria, no mínimo, deselege-

gante — para não dizer política e diplomaticamente incorrecto — comentar posições da Santa Sé quanto a Timor.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Relativamente ao Sr. Deputado Fernando Figueiredo, agradeço a referência que me fez. Também estamos convencidos que isso promoverá uma maior eficácia.

A rede consular começou a ser estudada pelo governo anterior; o estudo está numa fase de pré-conclusão e esperamos, também por aí, conseguir uma maior eficácia.

O Sr. Deputado João Amaral colocou aqui várias questões. As duas primeiras já foram praticamente respondidas. Com efeito, sobre a questão de Timor-Leste o Sr. Primeiro-Ministro já teve ocasião de explicitamente referir esse assunto.

No que diz respeito às facilidades a conceder aos Estados Unidos, como o Sr. Deputado saberá, a questão está pendente do Tribunal Constitucional.

O Sr. Deputado pergunta-me se o Governo concorda ou não com essas concessões. Repare no absurdo da pergunta: se eu lhe responder «sim», estou antecipadamente a tomar um compromisso, independentemente da decisão do Tribunal Constitucional; se lhe responder «não», estou também a antecipar-me e a tomar uma posição independentemente da decisão daquele Tribunal. Por isso, na altura própria tomaremos posição, se for caso disso, e se o Tribunal Constitucional for contra o que o anterior governo do bloco central entendeu fazer, já que, como disse o Sr. Primeiro-Ministro, cumprimos os acordos internacionais.

Quanto ao nosso relacionamento com os países africanos de língua oficial portuguesa é evidente que ele se faz com os governos legalmente estabelecidos, o que significa que nunca poderemos considerar Portugal como uma plataforma para outras entidades, sejam elas quais forem, a não ser dentro do quadro de liberdade e democracia que, felizmente, temos em Portugal.

Quanto ao PEDIP, como sabe, no tratado de adesão havia uma manifestação de intenção. O governo anterior transformou essa intenção em compromisso. Esperamos que este governo possa transformar o compromisso em programa.

Quanto à unidade da condução de política externa, ela tem várias vertentes, de entre as quais a institucional, que pretendeu referir mas que, obviamente, não é um recado ao Sr. Presidente da República. É, também, um recado à Assembleia da República no sentido de conjugarmos, sempre e em conjunto, a formulação estratégica da política externa.

Significa, também, por outra via e em termos globais, que os diferentes sectores do País irão ter uma voz articulada.

O Sr. Deputado Jaime Gama pergunta em que pé está a nossa adesão à União Europeia Ocidental e se vamos reiterar o nosso pedido de adesão. Gostaria de lembrar que não é um país que se candidata, mas, antes, a União Europeia que convida um país a entrar.

Há alguns anos, Portugal manifestou o seu interesse em aderir à União Europeia Ocidental e aguarda-se-lhe resposta ou que, eventualmente, se formule o convite. Se o convite se concretizar, será nessa altura que teremos de decidir.

A compatibilização do V Centenário dos Descobrimentos com os países africanos de língua oficial portuguesa parece-nos absolutamente indispensável, face não só ao que foi dito em termos de Programa do Governo como ao que tem sido a filosofia de aproximação com esses países, numa base das matrizes históricas e culturais comuns. Daí que promovamos os nossos melhores esforços para que, tal como o Brasil, os países africanos se possam associar a estas comemorações.

Quanto ao posicionamento de Portugal nas descobertas da América, Portugal vai, naturalmente, participar nelas. Sendo os nossos descobrimentos comemorados, no que diz respeito às descobertas do caminho marítimo para a Índia e, alguns anos depois, do Brasil, entendemos que devemos procurar capitalizar também o esforço que foi feito pelo Governo Espanhol.

Relativamente à negociação da concessão de facilidades em Beja, anunciamos-la no momento próprio.

No que respeita às iniciativas propostas à cooperação política europeia, como o Sr. Deputado sabe, estas iniciativas são propostas pelos diferentes países e só são assumidas quando existe um consenso entre os doze países, o que significa que, normalmente, não são divulgadas antes de ser obtido esse mesmo consenso.

Quanto à política de relacionamento entre Portugal e Espanha julgo que ela tem sido claramente expressa.

No plano económico essa relação está perfeitamente enquadrada nos tratados de adesão que consagram quer os normativos quer as ressalvas que têm de ser atendidas para as duas economias.

De resto, defendemos um diálogo intenso e frutuoso com a Espanha, na medida em que é um país com quem temos laços de fronteira, de consulados, de emigração.

Há, contudo, algumas dificuldades nos planos das relações fronteiriças, dificuldades essas bem conhecidas, mas uma coisa é certa: Portugal é hoje um país bem enquadrado, quer em termos internacionais como nacionais. Sabemos o que queremos e compete ao Governo defender intransigentemente essas posições portuguesas, seja em que circunstância for.

Quanto à candidatura do Dr. Sá Machado, o Governo Português apoiou essa candidatura desde o início. Continuam a desenvolver-se todos os esforços diplomáticos julgados adequados para promover essa candidatura, mas em organizações internacionais as decisões são, normalmente, tomadas próximo da meta.

Neste momento podemos ter algumas opiniões, podemos fazer alguma apreciação, mas, em última análise e particularmente no caso da UNESCO, tudo depende da situação concreta que existir no momento da decisão tomada por parte do Conselho Executivo.

Mesmo assim, o Conselho Executivo fará a proposta de um nome à Assembleia Geral e é esta que o aceita ou não, voltando novamente ao Conselho Executivo neste último caso.

Significa isto que é um processo com especificidades próprias, o qual estamos a acompanhar utilizando a estratégia diplomática que nos parece mais adequada para essa especificidade, para a estratégia do candidato e para aquilo que pensamos ser um objectivo nacional, que é o de termos o Dr. Sá Machado como Director-Geral da UNESCO.

Applausos do PSD.

A Sr.º Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Salvada.

O Sr. Rui Salvada (PSD): — Sr.º Presidente, Sr. Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Para o Grupo Parlamentar do PSD, que tanto se empenhou na última legislatura em defender as soluções que sabíamos serem as melhores para o povo português, e que tantas vezes foram derrotadas ou adulteradas por outros partidos com representação parlamentar, é especialmente reconfortante a apreciação do Programa que o XI Governo apresenta à Câmara num contexto parlamentar tornado substancialmente diferente na sequência dos resultados eleitorais de 19 de Julho.

Não pelo sentimento narcisista de que nós é que somos os detentores da verdade; não pelo sentimento mesquinho de um qualquer revanchismo que não é o nosso estilo.

O que nos reconforta neste Programa, o que nos reconforta neste novo contexto parlamentar, tem muito maior dignidade: é a certeza que agora temos de que os Portugueses vão poder finalmente construir o país novo por que esperam há treze longos anos. Durante todos esses anos, múltiplas forças paralizantes se conjugaram para que os Portugueses não pudessem concretizar esse sonho de serem cidadãos europeus de estatuto inteiro: no desenvolvimento económico, na afirmação cultural, no respeito internacional. Uma Constituição dogmaticamente asfixiante, uma lei eleitoral diluidora de lideranças nacionais, a pressão constante de alguma comunicação social estatizada que frequentemente confunde abusivamente o seu dever de informar com a violação da consciência dos que suportam financeiramente a sua existência, o fomento da proletarização de amplos estratos da população, o verbo fácil dos vendedores de promessas e de utopias — nada disto foi bastante em 19 de Julho face à clarividência dos Portugueses.

É assim que a primeira impressão que se colhe ao apreciar este Programa de Governo, que em geral é uma continuidade dos princípios do Programa do governo anterior, é a de que estamos perante uma espectacular vitória dos Portugueses.

E a segunda é a de que os Portugueses merecem que agora ele se cumpra. Exige-o a coerência do PSD, mas exige-o também o eleitorado, que de forma tão clara expressou a sua vontade.

Bem se adivinha que aqueles que têm do Parlamento a noção comezinhamente utilitária de um órgão que só convém sacralizar quando é politicamente rentável não resistirão à sedução da imagem de tempos passados, e tentarão transpor para a rua as suas frustrações políticas e mais uma mão-cheia do seu stock inesgotável de demagogia e outra mão-cheia de nada.

Tal estratégia, a concretizar-se, não renderá os frutos perseguidos e virá a saldar-se, como já na vigência do governo anterior foi possível constatar, por um crescente isolamento dos seus autores. De tais vanguardas os Portugueses já tiveram a sua conta.

No extenso e bem elaborado documento que é o Programa do XI Governo assume especial relevância a área

do emprego e da formação profissional, matéria a que o partido de que emana o Governo, partido social-democrata, logo reformista, interclassista, sempre dedicou especial atenção. Sector onde se joga uma parte importante da construção do nosso futuro colectivo e de cuja gestão correcta depende a concretização de muitos dos mais prementes anseios dos Portugueses.

Aos trabalhadores portugueses, que o fenómeno da emigração tem provado serem tão bons como os melhores, só têm faltado um poder político sério que os mobilize, uma organização moderna do trabalho, a desmistificação dos tabus que pretendem fazer das empresas locais de conflitos insanáveis e de interesses incompatíveis.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — As propostas contidas no Programa do Governo estão avalizadas pelo voto que milhões de portugueses deram ao PSD, pela simples razão de que elas resultam do seu manifesto eleitoral. É justo destacar algumas delas.

Desde logo a continuação da aposta na concertação social. Quem se der ao trabalho, que não é perda de tempo, de folhear os relatos da discussão do Programa do X Governo, onde diversas forças políticas da oposição espraiaram o seu maior ceticismo, direi melhor, a sua total descrença e a crítica mais contundente à exequibilidade de tal objectivo, não poderá deixar de ficar perplexo com o caminho entretanto trilhado.

Porque a importância da concertação social transcende os limites, já de si estimáveis, dos resultados práticos que potenciou. Na verdade, dois factos político-sociais relevantes emanam da institucionalização da concertação social: um deles é a nova forma de estar em sociedade, porque a sua concretização é o levar à prática daquilo que o PSD e os seus governos não se têm cansado de repetir: a tarefa de reconstruir Portugal não é responsabilidade única do Governo mas de todas as forças sociais e de todos os portugueses. É o princípio da participação, do protagonismo social.

O outro, não menos relevante, é a assunção pelos parceiros sociais de que não só é desejável, mas principalmente é possível, harmonizar interesses que a história social mitificara como exemplo de divergência insanável.

Ao anterior governo, como ao actual, que pretende aprofundar com um acordo de médio prazo o caminho encetado, cabe o mérito de ter sabido motivar um espírito de solidariedade e de complementaridade de interesses entre empregadores e trabalhadores. Mas, nesta matéria, manda a verdade que deve ser sobremaneira realçada a disponibilidade das associações patronais e a adesão consciente e responsável da União Geral de Trabalhadores, que soube interpretar com fidelidade, e porventura com alguma coragem, os anseios dos trabalhadores portugueses.

Instrumento de progresso, inspiração de um clima de paz social, garantia de uma crescente justiça social, a concertação social é uma vitória do País e dos que a protagonizam e uma estrondosa derrota dos eternos adeptos, felizmente cada vez em menor número, do «quanto pior melhor».

E seja-me permitido aqui um desabafo. Que estrondosa derrota também daqueles menos lúcidos, sobre

serem menos educados, que qualificavam o Governo de arrogante, autoritário e outros mimos semelhantes!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A concertação está para ficar porque é um dos princípios básicos em que assenta a actuação do Governo, mas também porque a consciência social não perdoaria aos parceiros sociais que não continuassem a assumi-la, como é notório que continuarão a fazer, no sentido de concretizar as fundadas expectativas que os Portugueses nela depositam.

A modernização da legislação laboral é outro dos princípios que, sem surpresa, o Governo inclui no seu Programa. O eleitorado sabia que assim iria acontecer se o PSD constituísse governo, e claramente a avaliou com a votação de 19 de Julho.

Não encaramos as alterações previstas com o espírito de quem repete um ritual sempre defendido e a que se recorre de novo por mera rotina. Defendemos a modernização da legislação laboral como um instrumento fundamental que potenciará condições para o aumento da competitividade e do investimento e, logo, para o aumento dos níveis de emprego, mas emprego real e não precário.

Os nossos emigrantes, movendo-se no ordenamento laboral europeu, não têm sentido especiais dificuldades em progredir na vida. Entre nós, é mais um fetiche que persiste sem qualquer fundamento credível. É, aliás, reconhecido por todos aqueles que estão de boa fé que o conjunto do ordenamento jurídico actual penaliza sobremaneira os trabalhadores, por sujeitá-los, quando nada o justifica, à maior das precariedades que é a contratação a prazo.

A proliferação da contratação a prazo não transforma apenas o conceito desse contrato numa verdadeira lei de despedimentos a prazo, com as consequências sociais e económicas conhecidas, ela é hoje um dos maiores estímulos à não sindicalização dos trabalhadores, isto é, transformou-se num dos mais fortes obstáculos ao fortalecimento do movimento sindical e, até nessa medida, colide com a melhoria e o aprofundamento desejáveis dos instrumentos de intervenção que só uma forte organização dos trabalhadores em torno das suas associações representativas permite.

Por outro lado, a modernização da legislação laboral encontra agora o quadro mais favorável para a sua realização, e é ele o desenvolvimento global da economia que o País tem vindo a conhecer.

Aliás, o aquecimento da economia vai necessariamente estimular a oferta de emprego, e a não ser revista a actual legislação, iríamos assistir a um recrudescimento dos contratos a prazo, isto é, à subsistência, agora mais agravada, das condições de insegurança e de precariedade do vínculo laboral.

Finalmente, a legislação laboral em vigor é já reconhecidamente um travão à entrada dos jovens na vida activa. Nós não podemos, com uma rigidez que nada justifica, travar a modernidade, que é também uma forma de solidariedade para com os mais novos, e, com esse comportamento de avestruz, acabarmos por criar um conflito de gerações no mercado de trabalho que teria o seu quê de originalidade na história social europeia.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nota importante, no entanto, é que o Governo, socorrendo-se do apoio maioritário que dispõe nesta Assembleia, poderia fazer aprovar, só por si, e com naturalidade, as medidas legislativas que defende no seu Programa. E, apesar disso, fazendo alarde da sua arreigada convicção nos mecanismos da participação social, propõe-se incentivar um trabalho colectivo no Conselho Permanente de Concertação Social, numa prova inequívoca de adesão substancial e não meramente formal ao diálogo e ao protagonismo sociais.

Mesmo os mais tenazes defensores do immobilismo, desde que de boa fé, não poderão deixar de apreciar o resultado desse trabalho e de tê-lo como bom.

Em Portugal, durante muito tempo dedicou-se uma atenção muito particular aos problemas da área do trabalho, esquecendo ou subestimando os aspectos do emprego e da formação profissional. Ao privilegiar-se a administração dos conflitos laborais, geriu-se o presente e algum passado turbulento e despenderam-se energias, porventura mais rentáveis numa perspectiva de futuro, com o tecido económico existente e até com aquele que era já mais uma ficção que uma realidade socialmente relevante.

Ao debruçarmo-nos sobre a criação de emprego e a formação profissional, estamos, ao invés, a construir o nosso futuro como sociedade que queremos mais próspera, mais justa e mais solidária. O X Governo deu um contributo importante para que esta nova realidade fosse perceptível pelo País, e o actual Governo, no seu Programa, mas desde logo na sua orgânica ao optar por um Ministério do Emprego e Formação Profissional, dá-nos a garantia que vai sedimentar essa opção e com ela garantir que se enfrete com sucesso o choque europeu.

A política de emprego não é a criação administrativa de postos de trabalho no sector público nem a manutenção artificial do emprego nas empresas e não se optimiza por simples decreto-lei: ela está indissoluvelmente ligada a um conjunto coerente de medidas de natureza económica, financeira e social, que na vigência do governo anterior se saldou pela recuperação significativa do emprego e que o actual governo dá todas as garantias de continuar a assegurar: a apostar na constituição de unidades de mais trabalho intensivo; em políticas que tendam a diminuir a rigidez da mão-de-obra; na formação e na flexibilidade dos mercados de trabalho e emprego; no desenvolvimento regional como factor de diversificação das oportunidades de emprego e de estímulo ao primeiro emprego. E, sobre tudo isto, a manutenção do clima de confiança e optimismo que o X Governo transmitiu ao País lembrando aos Portugueses que eles são capazes e que em Portugal é possível viver melhor.

Neste contexto, a formação profissional adquire uma especial importância não só como dissuasor da retracção do emprego, garantindo aos que estão empregados a adaptação permanente à inovação tecnológica e às exigências concorrentiais, mas também como instrumento de reconversão de presumíveis desempregos em manutenção de empregos. A formação profissional é uma medida verdadeiramente estruturante, porque se

a nossa taxa de desemprego não é superior à média europeia, são, no entanto, preocupantes as razões estruturais do desemprego que penalizam sobremaneira os desempregados de longa duração, os jovens e os que não têm adequada qualificação profissional.

Tudo razões para que se sublinhe esta aposta forte do Governo e se depositem nela fundadas expectativas.

Assunção plena das virtualidades da concertação social, da modernização da legislação laboral, da formação profissional e da criação de emprego — eis quatro áreas privilegiadas que contribuirão decisivamente para a modernização do País, para a melhoria das condições de vida dos Portugueses e para um relançamento dos jovens na vida activa. Mas não é possível, nesta abordagem de questões que têm a ver com o factor trabalho, necessariamente contida nas limitações do tempo disponível, deixar de referir mais duas breves notas.

A primeira tem a ver com a reforma do sector empresarial do Estado.

São bem conhecidas as consequências da colectivização da economia portuguesa resultantes do 11 de Março. Ninguém ganhou, ou só ganhou quem não merecia, com tal situação: não ganhou o ambiente de confiança para potenciais investidores; não ganharam os trabalhadores que apenas assistiram à substituição da anterior entidade patronal pelo Estado-patrão, que se tem revelado em regra incapaz de assegurar o progresso das empresas e o futuro dos postos de trabalho que elas proporcionam; não ganhou o cidadão comum que tudo paga; não ganhou o País em geral, que passou a ter empresas deficitárias em vez de empresas lucrativas, empresas estagnadas em vez de empresas inovadoras.

É, pois, necessário desmantelar o «11 de Março de 1975» com a prudência e o ritmo suficientes para que as necessidades de adaptação, inerentes a qualquer mudança, não sirvam de pretexto nem de arma favoráveis a quem se opõe a tal atitude por preconceito ideológico ou por receio de perdas de posições.

O Sr. Cardoso Ferreira (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Racionalizar, redimensionar, rentabilizar o sector público, que deverá deixar de ser sorvedouro insaciável de dinheiros públicos, eis um inestimável serviço prestado ao País. Mas outro não menor, e esse queria especialmente aplaudir, tem a ver com o princípio defendido no Programa de Governo, da socialização do capital, privilegiando-se a disseminação do capital social pelos trabalhadores e pelas famílias portuguesas.

Esta opção, que não agrada aos maximalistas, deve ser saudada como um importante factor de equilíbrio social. A crescente desproletarização dos Portugueses, de que este é mais um forte motivo de esperança, é a garantia de que iremos construir alicerces sólidos onde assentará o país moderno e mais justo que os Portugueses desejam e merecem. É, ademais, um exemplo claro que faz a diferença: deixamos para os salvadores profissionais dos trabalhadores o arvorar das bandeiras e o deitar dos foguetes, os eternos discursos grandiloquentes em sua pretensa defesa, mas que os trabalhadores se recusam crescentemente a ouvir, as promessas prometidas e sempre adiadas; nós ficamos-nos

por objectivos bem mais próprios do comum dos mortais e muito menos barulhentos — a resolução dos seus problemas concretos, a outorga de um estatuto adulto de inserção do homem na sociedade, a permanente aposta nos Portugueses.

A segunda nota tem a ver com o trabalho infantil e com a necessidade, também defendida pelo Governo, de vir a ser objecto de especiais atenções. Ontem mesmo assistimos, a propósito de uma pergunta formulada ao Sr. Primeiro-Ministro, a uma das formas por que ele não deve ser abordado e, porventura, a mais torpe: o aproveitamento demagógico, para não usar um termo mais adequado, de um grave acidente para desferir ataques ao Governo.

O problema do trabalho infantil está perfeitamente localizado em termos de geografia social e a sua superação não está, como em muitos outros problemas de ordem económico-social, apenas na disponibilidade do Governo; com propriedade se dirá, mesmo, que o não está em primeira linha.

É, antes de mais, um problema a resolver no âmbito da família. Os pais são, por direito e por dever, educadores, são porventura trabalhadores, talvez até sindicalistas, e a eles compete, antes de a outros, velar pelos seus filhos. Mas é também um fenómeno cultural que deve ser combatido com o empenhamento de todas as forças sociais, associações cívicas, associações sindicais, as próprias autarquias.

O chamamento à participação da sociedade civil no nosso desenvolvimento colectivo, a que o Governo dá especial realce, tem ainda aqui uma justificação objectiva e verdadeiramente mobilizadora.

Vamos, pois, todos, Governo e oposição, pais e educadores, empresários e sindicalistas, mobilizar-nos nesta solidariedade que nos é minimamente exigível para com aqueles rapazes e raparigas que, por deficiências culturais ou pela não resistência à sedução de algum lucro fácil de certos pais ou de certos empresários, são prematuramente afastados do seu ambiente escolar e dos doces sonhos que a idade reclama.

Sr.^a Presidente, Srs. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, Srs. Deputados: Que o Governo tem um programa credível, que tem um projecto de regeneração nacional, que tem o apoio maioritário dos Portugueses, é hoje um facto visível e notório. Mas este ciclópico projecto de regeneração merece que ninguém deixe de contribuir com a sua quota-parté: é decisiva a contribuição da vontade de cada um dos Portugueses. E porque se trata de modernizar o País e de o colocar ao nível dos países desenvolvidos da Europa — mas também de reforçar a solidariedade, aumentar o emprego, melhorar o nível de vida —, assume especial importância a postura de empresários e de trabalhadores.

A modernização de Portugal, pese embora o total empenhamento do Governo, só será possível em todas as suas consequências com o contributo de empresários modernos que tenham uma visão social da empresa, onde o lucro imediato e fácil ou o paternalismo sejam substituídos pelo novo fôlego que decorre do risco conscientemente assumido, e por isso legitimamente remunerador, e pela aposta na inovação e no diálogo construtivo e permanente com os trabalhadores, numa óptica saudável que privilegie o espírito de colaboração em detrimento do espírito de subordinação.

Mas também só será possível em todas as suas consequências positivas com o contributo das organizações de trabalhadores, organizações lúcidas, conscientes de que os interesses daqueles que representam não passam por uma estratégia de ruptura, mas sim por uma estratégia de diálogo; não passam pela ruína das empresas, isto é, pelo absentismo, pela fraca produtividade, por exigências irrealistas, pela resistência à mudança, mas sim pela existência de empresas modernas, dinâmicas e rentáveis.

Que todos sejamos dignos dos trabalhadores portugueses e da hora que passa!

Aplausos do PSD.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Vítor Crespo.

O Sr. Presidente: — Para um pedido de esclarecimento, suponho, tem a palavra o Sr. Deputado Herculano Pombo.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Presidente, é para exercer o direito de defesa, ao abrigo do artigo 89.^º do Regimento, não para um pedido de esclarecimento.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Foi aqui referido pelo Sr. Deputado Rui Salvada, que acabou de intervir, que usei de maneira demagógica o que ele podia classificar ainda com outro termo mais adequado.

Sr. Deputado Rui Salvada, da próxima vez que se referir a mim peço-lhe que use à vontade os termos que considerar mais adequados; estamos aqui para usar da máxima frontalidade, como, de resto, manda a lealdade que devemos uns aos outros.

De qualquer modo, gostaria de dizer que há dez anos que trabalho com crianças que procuro atrair para a escola. Muitas delas não vão à escola porque são obrigadas a trabalhar para poderem comer e outras não aprendem porque não comem todos os dias. Há dez anos que conheço esta situação e nunca tive hipótese real de a resolver, ao contrário de alguns Srs. Deputados, que, tendo essa hipótese, nada fizeram, tendo até agravado o problema. Portanto, não têm agora o direito de chamar demagogo a quem nunca teve nas suas mãos a hipótese de resolver esta situação e que há dez anos luta para minimizar os efeitos de uma política que os Srs. Deputados que se sentam na mesma bancada do Sr. Deputado Rui Salvada têm levado a efeito.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Salvada.

O Sr. Rui Salvada (PSD): — Sr. Deputado Herculano Pombo, de facto pretendi evitar usar a palavra mais adequada para caracterizar o aproveitamento feito em relação a esta situação, mas a frase adequada era: um aproveitamento miserável da situação.

Aplausos do PSD.

É que, Sr. Deputado Herculano Pombo, V. Ex.^a está a confundir duas coisas distintas. Uma coisa é a situação concreta em análise que, tal como decorre da minha exposição e é essa igualmente a postura do meu partido, estamos empenhadíssimos em resolver e que provavelmente não se resolverá, porventura, pela Inspecção-Geral do Trabalho, pois, como sabe, as crianças, os patrões ou os pais fogem ... Esta é uma questão de ordem cultural e tentei na minha exposição dizer qual a forma global de resolver o problema em termos de fundo. Outra coisa é o aproveitamento que o Sr. Deputado fez, ao não dar soluções concretas e ao evocar um caso isolado apenas em benefício do que está a defender e que é um aproveitamento miserável desta situação.

Aplausos do PSD.

O Sr. Herculano Pombo (Os Verdes): — Sr. Presidente, peço a palavra para exercer o direito de defesa.

O Sr. Vasco Miguel (PSD): — Não pode usar da palavra!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Herculano Pombo, uma vez que já utilizou as disposições regulamentares, não posso, ao abrigo dessa figura regimental, voltar a conceder-lhe a palavra.

Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, pergunto se algum dos Srs. Membros do Governo ou dos Srs. Deputados pretende ainda usar da palavra.

O Sr. Cardoso Ferreira (PSD): — Sr. Presidente, unicamente para lhe pedir que antes do encerramento dos trabalhos nos informasse dos tempos ainda disponíveis.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado. O Governo dispõe de 95 minutos, o PSD de 82 minutos, o PS de 27 minutos, o PCP de 25 minutos, o PRD de 21 minutos, o CDS de 12 minutos, a ID de 4 minutos e Os Verdes de 5 minutos.

Srs. Deputados, esgotada a ordem do dia de hoje, recomeçaremos os nossos trabalhos amanhã, pelas 10 horas.

Está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 10 minutos.

Entraram durante a sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Raúl d'Assunção Pimenta Rêgo.

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Luísa Rodrigues A. Garcia da Rosa.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PPD/PSD):

Amândio Santa Cruz D. Basto Oliveira.

Aurora Margarida Borges de Carvalho.

Francisco Antunes da Silva.

José Manuel Rodrigues Casqueiro.

Partido Socialista (PS):

Carlos Manuel Natividade Costa Candal.

João Cardona Gomes Cravinho.

Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes.

OS REDACTORES: *Carlos Pinto da Cruz — Cacilda Nordeste.*

PREÇO DESTE NÚMERO: 136\$00

Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

